

028ª SESSÃO ORDINÁRIA 13ABR2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso grande brasileiro, grande gaúcho, o ex-Senador Paulo Brossard de Souza Pinto.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, também solicito um minuto de silêncio pelo falecimento de Eduardo Galeano, grande escritor, grande filósofo, que marcou todas as nossas gerações com o seu primeiro livro e, depois, com os seus debates sobre a América Latina, o que ajudou esse Continente a construir a transformação que está construindo. A nossa homenagem a Eduardo Galeano.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, da mesma forma, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Dr. Luiz Fontanive Ferreira, destacado líder comunitário, atuante na Associação Cristã de Moços, na Sociedade Beneficência Portuguesa, homem de estimada qualificação pessoal, de grande relacionamento social, que foi vitimado no último sábado e sepultado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Assimfaz – Associação dos Servidores da Secretaria Municipal da Fazenda, que tratará de assunto relativo ao PLCE nº 010/14, que

dispõe sobre alterações na estrutura da Secretaria Municipal da Fazenda. A Sra. Ione Simphronio, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos. Convidamos o Sr. Carlos Aldo Alves Dias a fazer parte da Mesa. (Palmas.)

A SRA. IONE SIMPHRONIO: Boa tarde a todos, saudamos a Mesa através do Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro; e todos os Vereadores e colegas fazendários aqui presentes e demais convidados; é uma honra estar aqui para fazer este breve relato dos acontecimentos que vêm ocorrendo na Secretaria Municipal da Fazenda. Agradecemos a articulação do Presidente Mauro Pinheiro e o grande apoio recebido, também, do Ver. Dr. Thiago Duarte, bem como o dos líderes desta Casa, que, democraticamente, nos têm acolhido.

A Assimfaz foi fundada sem cunho partidário ou religioso. Dentre as finalidades da Assimfaz está a promoção de movimentos reivindicatórios, bem como a defesa do serviço público. Vimos hoje a esta tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, fiel aos princípios da democracia e da ampla participação da sociedade, princípios esses que sempre nortearam a atuação desta Casa, apresentar as razões do descontentamento que a maioria dos servidores da Secretaria da Fazenda do Município tem em relação ao PLCE nº 010/14. É um projeto que, em tese, se propõe a modernizar a estrutura da Fazenda Municipal, que, hoje, já não é um modelo ideal face à verticalização existente. Srs. Vereadores, trata-se de um projeto que cria uma estrutura mais vertical do que a atual, portanto, arcaica e retrógrada. Informamos, Srs. Vereadores, que, desse modelo de estrutura que querem implantar na Fazenda do Município, grande parte é copiado da estrutura existente na Secretaria da Fazenda do Estado. E a situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul todos nós conhecemos. A Assimfaz não quer o mesmo para Porto Alegre. Srs. Vereadores, essa reestruturação proposta é apenas uma maquiagem para beneficiar uma pequena parcela dos servidores da Fazenda Municipal, alijando os demais servidores, que exercem as suas atividades. Esse projeto, que prevê uma pseudomodernização fazendária, beneficia servidores que respondem por improbidade administrativa e por outros crimes previstos na legislação vigente. E, nesses aspectos, o projeto é claro e detalhado. Informamos à nobre Vereança que, em reunião da Assimfaz com o Secretário da Fazenda em janeiro deste ano, argumentamos contra a diferenciação de tratamento dentro da Secretaria da Fazenda. Além de intransigente e de mostrar total

pág. 2

desconhecimento de causa, o mesmo nos pediu que não atrapalhassemos o andamento do Projeto de Lei Complementar, porque seríamos beneficiados com o plano de carreira do Município, que está sendo trabalhado por mais uma dessas empresas de consultoria contratadas pelo Governo Municipal. Ora, Srs. Vereadores, eu sei muito bem no que isso vai dar. Eu estou há 30 anos dentro da Secretaria da Fazenda e tenho ouvido essas promessas por todo esse tempo. No ano que vem, teremos eleições municipais, e, por certo, esse Plano de Carreira será mais uma vez empurrado com a barriga. E o próximo Governo não assumirá compromissos do Governo atual. Veremos, então, o dinheiro gasto com a tal consultoria sendo jogado no lixo. E, se nós podemos esperar pelo plano de carreira, os agentes fiscais também não só podem como devem esperar pelo plano de carreira.

Nobres Edis e colegas aqui presentes, não há como a Assimfaz ser favorável a um projeto que, primeiro, não contempla a totalidade dos servidores da Fazenda Municipal; e, segundo, que garante a remuneração a servidor não comprometido com a Secretaria. Sim, a partir do momento em que se exercem as funções fora da Secretaria Municipal da Fazenda, o ônus não pode ser da Fazenda do Município, caso contrário, nunca haverá servidor suficiente, tampouco recursos para serem aplicados em Porto Alegre.

Já outros pontos do projeto, como o Tesouro Municipal, a Receita Municipal e a Superintendência da Tecnologia da Informação, serão, futuramente, sabe-se lá quando, detalhados através de decreto do Poder Executivo.

Srs. Vereadores, a Superintendência da Tecnologia da Informação e o Tesouro Municipal já estão funcionando e sem norma legal que os institua. Senhores, informamos que, além do funcionamento da Superintendência da Tecnologia da Informação, a mesma conta, em seu quadro funcional, com o Senhor Zilmino Jacedir Tartari, que está respondendo a processo judicial sem citação pelo Judiciário, pois o mesmo não consta no Portal de Transparência da Prefeitura. Esse Portal é tão transparente quanto o Poder Executivo do nosso Município tem sido democrático. Lembramos, aqui, a solicitação de reunião desta Assimfaz, com o Prefeito, licenciado do Partido que o elegeu, até hoje não atendida; tamanho democrata e disposta ao dialogo que é a atual gestão do nosso Município.

Por falar em Superintendência da Tecnologia da Informação, qual é mesmo a sua finalidade? Substituir a Procempa? Bom, isso já foi feito num passado bem recente,

quando deram um prazo inexecutável para a Procempa desenvolver um *software* de administração tributária e um prazo *ad eternum* a uma empresa de Curitiba. O resultado foi desastroso. O cidadão porto-alegrense paga essa conta desde 2013, quando o desconto para o pagamento do IPTU, em parcela única, do exercício de 2014, foi reduzido de 20% para 12%. Vamos lembrar o caso do Sistema Integrado de Administração Tributária – SIAT, que já foi alvo de denúncias e reportagens publicadas na imprensa da Capital no começo do ano passado e que é razão de ação civil pública e outra ação de improbidade administrativa no Judiciário gaúcho, bem como de ações cautelares no Tribunal de Contas do Estado, todas tramitando, sendo que nenhuma liminar ou cautelar foi caçada, como apregoam alguns. A Polícia Civil também abriu inquérito para apuração das responsabilidades no âmbito criminal. A Assimfaz não quer que casos como esses se repitam na Fazenda Municipal.

É importante trazer ao conhecimento das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores o último concurso para Agente Fiscal da Receita Municipal, um concurso eivado de irregularidades e ilegalidades, basta ver o processo judicial que solicita a anulação da prova de redação do referido certame. Nele está a sugestão do juiz de anulação do concurso. Este concurso foi realizado pela Fundação do Ministério Público do Estado. Por isso, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul não atuou como deveria, não observando com a devida isenção a sugestão do juiz. Por isso, Srs. Vereadores, os mesmos agentes fiscais, rebentos deste concurso fraudulento, vieram a esta Casa defender este projeto vergonhoso, fruto da arrogância e prepotência de quem acha estar acima da democracia e desdenha desta Casa ao não comparecer à reunião de Líderes para explicar, sanar as dúvidas, defender este mirabolante projeto, para, pelo menos, tentar fazer um contraponto às razões defendidas por nossa Associação. Sobre este concurso para agente fiscal, a Assimfaz solicita que esta Câmara Municipal investigue o mesmo e apure as irregularidades apontadas pelo Poder Judiciário.

Srs. Vereadores, esclarecemos que não somos contra A, B, C ou D; apenas queremos isonomia no tratamento dispensado dentro da Fazenda Municipal. Lembramos, Srs. Vereadores, que o Sr. Secretário da Fazenda já não foi democrático, isônomo, quando chamou para discutir este projeto de lei somente os agentes fiscais, apresentando-o à Câmara de Vereadores ao apagar das luzes de 2014, sob a estapafúrdia alegação de que a aprovação do mesmo seria condição *sine qua non* para incrementar a arrecadação do

Município. Após, face às emendas apresentadas, o Executivo encaminhou retificativa na qual foi derrotado. Em reunião com esta Assimfaz, o Secretário da Fazenda afirmou que não estaria mais à frente da Pasta a partir de janeiro deste ano caso o projeto não fosse aprovado. Bom, ele não cumpriu a sua palavra. Para a nossa surpresa, o mesmo Executivo encaminha outra mensagem retificativa a esta Casa, no final de março deste ano, piorando o que já estava ruim, e, mais uma vez, de forma ditatorial, ao não ouvir, não atender às reivindicações da grande maioria dos servidores da Fazenda Municipal.

Destarte, alertamos os senhores de que, para incrementar a arrecadação, basta os agentes fiscais exercerem o seu trabalho, ou seja, fiscalizar. Alertamos aqui que inclusive alguns servidores são perseguidos, assediados moralmente porque pensam, porque têm atitude e coragem para dizer que as coisas estão erradas e não se intimidam com os “chefetes”.

Entendemos que a Fazenda Municipal é um todo, com seus conjuntos de engrenagens, cada um cumprindo sua função, a fim de contribuir para o resultado final. Se uma dessas engrenagens não funcionar, a Fazenda não atinge as suas metas e objetivos. Por tudo isso, Srs. Vereadores, a Assimfaz vem à tribuna desta Casa pedir que seja negada a aprovação deste Projeto de Lei Complementar nº 010/2014; ou que o mesmo seja retirado desta Casa, até que seja elaborado um projeto que contemple satisfatoriamente todos os servidores da Fazenda Municipal e os anseios do Município. À luta, fazendários! Muito obrigada a todos. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Presidente Ione, demais presentes, eu acho que a senhora fez uma acusação grave sobre a falcatrua – segundo as suas palavras – no concurso, relacionando a alguns fiscais e servidores que estão trabalhando na Fazenda. Eu acho que isso é muito sério, Presidente, e a própria Câmara deve exigir que se apresentem as provas e, se for verdade, que se anule tudo e se puna quem merece; se não for a afirmativa verdadeira, que se reverta essa acusação. Com isso não dá para

brincar, é muito sério. Se isso é verdade, é muito grave; agora, se não for verdade, não pode deixar passar por uma simples fala de tribuna.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde, Sra. Ione, servidores da Fazenda, apenas quero reforçar a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que é, inclusive, de não dar acordo de que esse projeto venha a plenário enquanto houver esse tratamento diferenciado entre os servidores da Fazenda – e há outras categorias de servidores aqui que reivindicam também um tratamento mais global para os servidores públicos no Município de Porto Alegre.

Então, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apenas reafirma sua posição de não dar acordo, inclusive de trazer para votação esse projeto que tramita, infelizmente, na nossa Câmara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, na mesma linha, primeiro quero retomar o que de muito eu já venho dizendo: o Executivo precisa enfrentar essas questões de forma coletiva; nós precisamos parar com esses remendos, esses retalhos na reparação das reivindicações das classes das secretarias e departamentos do nosso Município. Isso é muito desgastante para esta Casa, em cada mês vem um grupo de determinada secretaria, de um determinado departamento pedindo equiparação, reivindicações de igualdade; enfim, é muito desgastante para nós, Vereadores. O Governo tem que enfrentar isso de forma coletiva e resolver.

Sra. Ione, o Ver. Cecchim se mostrou muito indignado, chateado, chocado com algumas coisas que a senhora colocou. Eu gostaria também de dizer que talvez não seja a hora de a senhora objetivar e citar especificamente certos profissionais, porque é muito perigoso,

hoje nós vivemos numa época muito perigosa, em que as acusações saem por todos os lados e, às vezes, acabamos machucando famílias com isso. Vou lhe pedir, encarecidamente que observe isso, tenha cuidado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. RODRIGO MARONI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Faço uma saudação especial à categoria que está aqui organizada. É importante, para ter vitórias, sempre estarem assim, porque todas as vitórias que saem nesta Casa não são de um ou outro indivíduo. É importante que os Vereadores vejam que vocês estão organizados, assim como o Município. Relato que vocês fizeram um trabalho porta a porta, o que eu acho que foi fundamental, vocês vieram à Câmara, apresentaram a proposta, conversaram com todos os Vereadores – comigo foi assim –, e eu acho que o que tem que sair de encaminhamento aqui da Câmara de Vereadores é que esse projeto seja retirado e que seja rediscutido com a categoria; que a categoria discuta uma proposta ideal, que possa ser abrangente e reflita todos os setores; assim vai ser um projeto que vai ser positivo e possível para que vocês sejam beneficiados, Parabéns pela iniciativa de vocês; parabéns pela luta que estão fazendo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero cumprimentar também todos os colegas que trabalham na Fazenda e que estão nessa luta desde o final do ano passado, quando esse projeto chegou à Câmara, aos 45 minutos do segundo tempo, sem democracia, sem diálogo com a categoria, sem diálogo com os municipais, que ainda enfrentam a questão do efeito cascata e que não têm nenhuma solução para o conjunto da categoria, a não ser tentar fazer caixa com o direito dos trabalhadores municipais – essa é proposta que tramita na

Câmara de Vereadores e coloca a diferença do efeito cascata como um abono que pode ser retirado por qualquer Governo.

A partir da mobilização de vocês, do conjunto dos municipais, o projeto não foi votado a toque de caixa em dezembro do ano passado. Nós sabemos que o Governo quer priorizar agora em abril deste ano; portanto é muito importante a mobilização de vocês em contrariedade a essa forma de ferir a isonomia, de não respeitar o conjunto da categoria dos trabalhadores da Fazenda e dos trabalhadores municipais, e ao mesmo tempo de desrespeitar as associações, porque vocês estão há dois meses requerendo uma audiência com o Prefeito e sequer houve retorno para a Assimfaz, que mostra na tarde de hoje o exemplo de representatividade ao lotar a Câmara de Vereadores. É um acinte, é um desrespeito com o conjunto daqueles que constroem a política municipal, porque os Governos felizmente passam, mas os trabalhadores municipais ficam e têm a memória técnica na construção da política municipal.

Quero, mais uma vez, registrar o apoio da Bancada do PSOL ao pleito de vocês. Estivemos, em dezembro do ano passado, lutando para que o projeto não fosse votado, estamos agora, em abril, reafirmando nosso compromisso de não dar acordo para a votação deste projeto, e, se houver, em função do pedido dos artigos que permitem a votação em Regime de Urgência, vocês podem contar não só com o nosso voto contrário, mas com a nossa mobilização para que o projeto não seja aprovado, porque é inadmissível desrespeitar o conjunto da categoria como o Governo vem fazendo e, ao mesmo tempo, não receber e mandar projetos parciais que resolvem o problema apenas dos agentes fiscais, com remunerações discutíveis. Mas independentemente do mérito do projeto, a forma diz muito, diz que a Prefeitura desrespeita o conjunto da categoria dos fazendários e o conjunto da categoria dos municipais. Isso é inadmissível e tem o repúdio da bancada do PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)
Tenho uma convicção: tanto a Câmara quanto o Executivo trabalham para aquilo que

possa vir a se tornar o melhor para a Cidade. Nesse sentido, acho que temos que aperfeiçoar, temos que identificar o que está acontecendo, porque no ano passado vocês já estiveram aqui. Estivemos conversando também com outras categorias que prestam e servem e são servidores da Fazenda Municipal sobre essa pauta. Nós tínhamos ali a elaboração de algumas emendas propostas pelos senhores, e nos parece que estamos tendo dificuldade de avançar. Mas como eu tenho certeza que ao final a nossa ideia, assim como a de vocês, é procurar chegar o mais próximo do ideal possível, tenho certeza que nós vamos caminhar para uma concertação nesse sentido. Essa é a nossa consideração. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Dr. Thiago (Requerimento): Sr. Presidente, eu quero aproveitar o ensejo, já que estamos falando do PLCE nº 010/14, para solicitar que as mais de dez emendas propostas por nós, que foram rechaçadas pela CCJ, possam ser encaminhadas para a Procuradoria da Casa, para uma melhor análise. Certamente lá eu tenho convicção de que vamos encontrar guarida para dar seguimento e principalmente poder proteger as categorias mais desfavorecidas da Fazenda, como é o caso da que a Assimfaz representa aqui hoje. Então, faço este Requerimento e quero deixar consignado que estamos junto com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Colegas municipais que estão aqui, é uma pauta muito justa. A nossa luta de municipais sempre foi, em primeiro lugar, que todos tivessem um salário com dignidade, e, se há algo que se coloca contra isso, é a criação de uma casta de marajás, a criação de uma casta de – como a palavra que vocês usam aqui – nababos, e altos e ricos funcionários. Engana-se muito a Prefeitura, na opinião das três bancadas de oposição, PT, PCdoB e PSOL, se acredita que uma categoria da Fazenda vai responder pela arrecadação, pela saúde financeira da Prefeitura, já que toda a Fazenda concorre para isso. Essa é a nossa convicção. Segundo, que a distância salarial não só desestimula os

funcionários, não só impede um salário digno para todos, como prejudica a Prefeitura de Porto Alegre no comportamento dos funcionários, mas também nas suas finanças. Portanto, um projeto como esse vem contra todos e contra o interesse público. Se é recomendado a vocês, para o conjunto dos funcionários aguardar o plano de carreira, porque os fiscais também não podem aguardar o plano de carreira e se preserve o que foi construído até agora, que unificou a Fazenda, criou solidariedade, criou uma responsabilidade, que é o que interessa a todos nós?

Então, quero dizer que os partidos de oposição estão juntos com vocês, com a Assimfaz nessa luta. Somos contra o tratamento separado, contra dividir a categoria e contra transformar uma categoria na única importante. Parabéns, não passará um projeto dessa natureza. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu acho que o Governo está deixando de se preocupar com a parte mais sensível da Prefeitura. A parte mais sensível, com a qual nos preocupamos em casa, na nossa família, assim como em uma empresa, é a parte da arrecadação, que cuida das despesas. Eu acho que essa parte tem que ser tratada por igual. Essa parte tem que ser tratada de forma idêntica, não pode haver diferença nenhuma de quem conta o dinheiro, de quem cuida da arrecadação, de quem cuida das folhas de pagamento, todos têm que ser tratados igualmente. Então, eu acho que a Prefeitura deve muito aos municipais um plano de carreira, sejam eles da Fazenda, sejam eles da educação, sejam eles de que parte for. Eu acho que nós precisamos que a Prefeitura mande para esta Casa um plano de carreira, e pode iniciar isso na área da Fazenda, mantendo um plano de carreira com metas, com objetivos para todos os funcionários da Fazenda, beneficiando a todos os funcionários. Com certeza, esta Casa irá acatar e votar. Já há emendas nesse projeto que podem resolver isso. Então, que essas emendas sejam acatadas, que essas emendas sejam novamente estudadas e que, talvez, possa se achar a solução para que se resolva esse impasse. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Sra. Ione Simphronio, Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria Municipal da Fazenda – Assimfaz, e do Sr. Carlos Aldo Alves Dias. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h57min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, antes de vir a esta tribuna, é claro, passei no supermercado. Pode parecer, aos que estão nos assistindo, que é alguma brincadeira, mas não é. Nós estamos no Rio Grande do Sul e na segunda capital com extensão de terra agricultável do Brasil; a primeira é Palmas, no Tocantins.

Aqui vou começar a mostrar os produtos. Isto aqui não é nenhum protesto; é para que nós todos possamos fazer uma reflexão. Aqui eu tenho mandioca do Paraná; repolho do Paraná; couve do Paraná; abóbora do Paraná e, pasmem, de São Paulo, alface! (Mostra os produtos.) Olhem aqui. Gente, isto aqui é para nós fazermos uma reflexão. Será que o Rio Grande do Sul não tem condições de produzir estes produtos? Será que Porto Alegre não tem condições de produzir estes produtos? Vejam só: nós estamos falando de São Paulo. Vem de São Paulo, passa pelo Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso é muito sério. Nós precisamos entender quais as dificuldades que os nossos agricultores aqui da Capital e do Estado do Rio Grande do Sul estão enfrentando, que não estão mais produzindo. E aí é onde eu acho que nós devemos entrar, nós, os Parlamentares, os Deputados, todos, para entendermos quais as dificuldades desses produtores em produzir esses alimentos, alimentos da nossa mesa, a mesa de todos nós. É repolho; é abóbora ou mogango, como alguns dizem; é mandioca; tem de tudo! Este produto aqui é acelga lá de São Paulo. Gente, isto aqui eu planto ali na minha horta. Agora, o que está acontecendo? Eles não são valorizados? Eles não têm incentivos? Qual é o problema?

Meus amigos, eu fiz questão de, antes de vir a esta tribuna, passar no supermercado para adquirir estes produtos, porque tenho certeza absoluta de que muitos dos cidadãos e muitos dos senhores que aqui estão não sabiam que isto estava ocorrendo em Porto Alegre. É muito comum! Conforme vamos passando pelas prateleiras dos supermercados, vamos comprando, botando no balaio ou na cesta, e vamos embora! Pasmem: este produto, que é de São Paulo, para chegar até o Rio Grande do Sul, passou pelo Paraná, por Santa Catarina, atravessou todo o Rio Grande do Sul, vindo parar na cidade de Porto Alegre. Então, sinceramente, em alguma coisa, nós estamos errados! Eu falo com um pouco de propriedade, porque quem vem lá do Interior conhece e sabe que é possível cultivar todos estes produtos aqui, em qualquer lugar da Cidade. Agora, se não está sendo possível cultivar em condições de competir com o mercados de São Paulo e do Paraná, nós temos que ver por que motivo.

Eu vou me ausentar, Presidente, porque estou me deslocando, neste momento, para ir até a SMIC levar ao nosso Secretário Dr. Goulart, que está me aguardando e que está surpreso, inclusive. Eu sei que o Dr. Goulart é um homem que vai compreender que nós não estamos aqui fazendo uma crítica – não é uma crítica! –, mas trazendo uma situação que está ocorrendo em Porto Alegre e que afeta a todos nós. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Hoje temos o comparecimento do Sr. José Francisco Seabra Mendes Júnior, Promotor de Justiça, que abordará o assunto sobre a venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. O Sr. José Francisco Seabra Mendes Júnior está com a palavra.

O SR. JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR: Excelentíssimo Ver. Mauro Pinheiro, Presidente desta Câmara de Vereadores, permita-me saúda-lo e, na sua pessoa, saudar todos os Vereadores aqui presentes, as senhoras e os senhores. Agradeço, desde logo, o convite formulado pelo Ver. Nereu D'Ávila e reforçado pela presidência desta Casa, para vir hoje aqui me manifestar em relação ao Projeto de Lei nº 018/14, que autorizou a venda e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de Porto Alegre, que foi aprovado nesta Casa por 11 votos contra 7, e, depois, ao ser encaminhado ao Executivo, recebeu o Veto Total do Prefeito Fortunati.

Eu não pretendo despender muito tempo aqui tratando das questões jurídicas. Apenas para iniciar a manifestação, é oportuno destacar que este projeto é inconstitucional, na medida em que a Constituição Federal atribui, concorrentemente, à União, aos Estados e ao Distrito Federal os dispositivos sobre consumo e desporto. Além disso, esse projeto, no entender do Ministério Público, infringe a lei superior, na medida em que nós temos lei federal – o Estatuto do Torcedor – que proíbe o acesso e a permanência de torcedores nos estádios de futebol portando bebidas alcoólicas. Assim como temos lei estadual, desde 2008, que proíbe, nos dias de jogos, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol de todo o Rio Grande do Sul.

Eu pretendo centrar a minha manifestação essencialmente em questões práticas decorrentes da observação no dia a dia do trabalho da Promotoria do Torcedor, na qual estou há dois anos desempenhando as funções e participando de todos os jogos dos clubes aqui de Porto Alegre. Resta claro para o Ministério Público, não só para a Promotoria local, mas para o Ministério Público em todo o País, que a bebida alcoólica é um fator relevante para o aumento nos índices de criminalidade dos estádios; ela exacerba os ânimos e acaba exaltando aqueles comportamentos mais violentos. Não é por outro motivo que, desde 2007, o Ministério Público, junto com a CBF, que inicialmente expediu uma resolução, proibiu o consumo de álcool nos estádios, depois reforçado, no âmbito local, pela lei já mencionada de 2008, e pelo Estatuto do Torcedor, no âmbito federal, em 2010. Estudos científicos demonstram que estatisticamente houve drástica redução nos índices de violência nos estádios a partir da proibição do álcool. Em Pernambuco, por exemplo, chegou a ter uma redução de 71% nas ocorrências, comparando o ano imediatamente anterior, quando ainda havia a venda de álcool, ao ano seguinte, quando passou a ser proibida a sua venda.

O autor do projeto de lei, na exposição de motivos, atribui os atos de violência nos estádios ao confronto entre torcidas organizadas e não ao álcool. Trata-se de um grave equívoco, na medida em que, hoje, todas as lideranças das torcidas organizadas têm um excelente relacionamento com a Promotoria do Torcedor, e, graças a isso, nós conseguimos diminuir substancialmente os índices de violência nos estádios. Na Arena do Grêmio, por exemplo, onde antigamente havia briga em quase todos os jogos, nós estamos comemorando, agora, em abril, um ano sem nenhum tumulto dentro da praça de esportes. Então, trazer o álcool novamente para dentro do estádio vai alterar

sensivelmente esse estado de coisas. Hoje, um líder de uma torcida organizada tem condições de controlar a sua turma, se não há álcool no estádio. No momento em que houver o consumo de álcool durante os jogos, ele não terá como manter essa liderança, e essa massa de torcedores estará lá totalmente descontrolada.

Gostaria de centrar a minha manifestação essencialmente em alguns argumentos que são utilizados pelos defensores da venda de bebida alcoólica nos estádios. O primeiro trata da liberdade individual; com certeza, nós respeitamos a liberdade de cada cidadão poder usufruir o seu momento de folga tomando uma cerveja, enfim, assistindo a um jogo de futebol. Mas hoje já é possível esse torcedor beber álcool antes do jogo, lá fora, e logo depois do jogo. Acredito que a abstinência do consumo de álcool por pouco mais de 90 minutos não vai matar ninguém. Até porque nós temos outras situações em que a sociedade também acaba se privando de determinadas liberdades individuais em prol de um interesse maior, que é a segurança. Por exemplo, motoristas não podem beber antes de pegar o carro, em prol da segurança dos transeuntes; não é possível a venda de bebida alcoólica, onde há crianças e adolescentes, na medida em que eles podem ficar sob o risco do malefício do álcool. Da mesma forma, no estádio, para a segurança dos torcedores, acredito que todos nós devemos abrir mão dessa parcela de liberdade individual durante o jogo, porque hoje, antes e após as partidas, é possível ingerir álcool fora do estádio.

O que eu gostaria de salientar é que, no momento em que seja aprovado um projeto de lei dessa envergadura, nós estaríamos inserindo Porto Alegre na contramão da história e na contramão do que hoje é praticado nas outras capitais do País. Imaginem torcidas organizadas, acostumadas à violência como as torcidas de Rio e São Paulo, enfim, Gaviões da Fiel e outras, onde há inclusive criminalidade organizada inserida dentro dessas torcidas, vindo à Porto Alegre e sabendo que nos estádios daqui há álcool liberado, há um oásis de venda de álcool que não existe no restante do País. Outra alegação que os defensores do álcool no estádio, geralmente, sustentam é de que, como boa parte dos torcedores já bebe lá fora, não haveria motivo para proibir dentro do estádio. É outro manifesto equívoco, na medida em que, quando nós temos a proibição do consumo de álcool durante o jogo, naturalmente, os índices de alcoolemia daqueles que já consumiram álcool vão baixando durante a partida. No momento em que nós

permitimos o consumo do álcool durante o jogo, esses índices vão se manter estáveis ou até vão subir, ocasionando possíveis tumultos durante o jogo e após a partida.

Eu me preocupei em fazer um levantamento em relação às ocorrências policiais registradas nos últimos dois anos aqui em Porto Alegre. De 176 ocorrências, 78,5%, ou seja, 138 ocorrências são relacionadas a fatos praticados antes do jogo, antes da entrada do torcedor na catraca do estádio. Às vezes, no próprio ato de entrada, quando ele desacata um policial ou quando ele pratica um ato de vandalismo, ou tumulto, ou briga, o que significa que esse torcedor quando está sob o efeito de álcool ingeriu esse álcool lá fora. Nós temos apenas 18% das ocorrências que são levadas ao Juizado por fatos praticados durante a partida, o que evidencia que, naqueles casos em que há tumulto durante o jogo – e invariavelmente esses tumultos são movidos pelo álcool –, esse álcool foi ingerido lá fora. E temos apenas 3% das ocorrências por fatos praticados depois. Isso, então, evidencia que, a partir do início do jogo, com o consumo zero de álcool dentro do estádio, a tendência é que haja a redução nos índices de álcool no sangue dos torcedores, e, com o desenrolar da partida, as situações críticas de violência vão diminuindo. Imaginem, senhores, se fosse aceito esse projeto de lei permitindo a venda do álcool, inclusive após o jogo, dentro do estádio! Aqueles casos de Gre-Nais, por exemplo, onde a torcida visitante fica uma hora dentro do estádio aguardando ser liberada pela Brigada Militar, ela ficaria mais uma hora podendo beber e ainda sairia com mais influência do álcool lá fora. Uma outra questão que é argumentada pelos defensores do álcool é que, no momento em que há a venda ali fora, no momento em que for permitido o consumo lá dentro, vai diminuir a venda fora do estádio. Isso, na verdade, não vai acontecer porque nós sabemos a realidade, hoje é possível comprar meio litro de cerveja fora do estádio por R\$ 3,00 e lá dentro vai ser R\$ 10,00 ou R\$ 15,00. O que vai acontecer é que o indivíduo que continua tomando lá fora vai seguir tomando dentro do estádio, e nós teríamos hoje torcedores que não bebem fora do estádio e passarão a beber dentro do estádio. A venda, pelo projeto, só iria acontecer antes dos jogos no intervalo e após os jogos. Aqui um grande problema se estabelece: quem vai fiscalizar isso? A Promotoria do Torcedor vem pedindo à SMIC – e neste momento Sr. Presidente, eu pediria que a Câmara de Vereadores faça isso também, junto à SMIC – que aumente a fiscalização no entorno dos estádios, porque há uma série de irregularidades hoje acontecendo relacionadas ao consumo de álcool no entorno do estádio. Nós temos estabelecimentos

sem alvará vendendo bebida alcoólica; nós temos ambulantes vendendo bebida alcoólica de forma disseminada, quando a Lei Municipal proíbe o comércio ambulante de álcool; nós temos bebidas alcoólicas vendidas em recipientes de vidro, que também é proibido, por Resolução da SMIC, para evitar que os cacos de vidro possam ser utilizados em uma briga. Ou seja, se há uma deficiência grave de fiscalização no entorno do estádio, imaginem dentro dele! Quem vai fiscalizar se o estádio está vendendo bebida antes do jogo, ou no intervalo, ou durante a partida? E ainda que houvesse uma fiscalização efetiva, inclusive do acesso de crianças e adolescentes a esses bares, como evitar que um torcedor vá ao bar e compre quatro ou cinco copos de cerveja e fique bebendo durante todo o jogo? Então, evidentemente, essa fiscalização se torna inviável na medida em que a Arena e o Beira-Rio tenham dezenas de bares. Isso não vai ser possível de ser fiscalizado.

Por fim, eu gostaria de atacar uma falácia que vem sendo disseminada, de que a Copa do Mundo liberou álcool no Brasil e não tivemos problemas. Isso em absoluto é verdade. Independente do público da Copa ser diferenciado em relação ao público normal dos nossos jogos, ainda assim, tivemos problemas sérios. Em Porto Alegre, eu participei de todos os jogos no Juizado do Torcedor, e tivemos ocorrências em todas as partidas. Muitas delas não foram conduzidas ao Juizado no momento da partida, por conta de uma política da FIFA, que prefere não fazer o encaminhamento ao Juizado, o que motivou, inclusive, que a Promotoria tivesse que expedir recomendação à FIFA e requisitar inquérito policial em uma série de episódios que não chegaram naquele momento ao conhecimento do Juizado. Mas quem trabalhou na Copa viu muitos torcedores embriagados, torcedores atirando cerveja uns nos outros; brigas nos banheiros; inclusive um torcedor argelino que foi gravemente ferido no olho com uma garrafada e correu o risco de perder a visão. A tal ponto era a violência nos estádios da Copa, motivados pela embriaguez de torcedores, que nós tivemos colombianos e uruguaios brigando no Rio de Janeiro; tivemos invasão do Maracanã por chilenos embriagados, que Jêrôme Valcke, o Executivo número dois da FIFA, em entrevista, publicamente divulgou que estava impressionado com o nível de embriaguez nos estádios brasileiros e elencou diretamente o consumo de álcool com a violência que detectou.

Então, nós tivemos, naquele momento da Copa do Mundo, o Estado brasileiro abrindo mão dessa proibição que é geral hoje em relação ao consumo de álcool, em prol de um

interesse econômico de um patrocinador da FIFA. Na contrapartida, a situação, hoje, na Europa, onde a UEFA – Union of European Football Associations –, a maior entidade de federações de clubes de futebol, depois da FIFA, responsável pelas ligas europeias, pelo campeonato de seleções da Europa, ela proíbe o consumo de álcool nas competições que organiza. Inclusive, a Champions League, que é a maior competição de clubes do mundo, patrocinada pela Heineken, esta multinacional de cerveja se submete à norma da UEFA ao não vender cervejas com álcool nos estádios da Champions League. Nós teremos agora a Copa América, em junho, no Chile, onde a CONMEBOL proibiu a venda e consumo de álcool nos estádios da Copa América, assim como temos em vários outros países da Europa e da África proibição no mesmo sentido.

Neste momento, eu gostaria de apelar à sensibilidade e à compreensão desta Casa, evidentemente não deixando de reconhecer a sua autonomia nas questões legislativas, mas, acima de tudo, no momento em que estamos tentando trazer as famílias de volta para os estádios, e a experiência da torcida mista no Gre-Nal foi emblemática nesse sentido, acredito que trazer o álcool de volta para dentro dos estádios não vai atrair as famílias, não vai atrair os torcedores comuns, muito pelo contrário, vai atrair uma violência que hoje está bastante reduzida nos estádios de Porto Alegre, e correremos um grande risco de trazê-la de volta aos nossos gramados.

Agradeço a sensibilidade desta Casa ao me convidar para aqui me manifestar, ao mesmo tempo, faço o apelo para que seja mantido o Veto do Executivo Municipal, nos seus exatos termos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, eu solicitei ao Ver. Nereu que me possibilitasse fazer uma manifestação antes, pois estou indo pegar um avião para Brasília daqui a pouco. Eu não gostaria de deixar de me manifestar em nome da Bancada Progressista. Promotor, a sua fala reforça o nosso voto contrário à liberação da venda das bebidas alcoólicas nos estádios. Nós sabemos muito bem que a bebida alcoólica promove a baderna, a agressão, pois o futebol é acompanhado com paixão e com essa loucura toda. Então, o Partido Progressista votou contra, e nós manteremos o Veto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, ilustre visitante que nos honra nesta tarde, Dr. Francisco Seabra Mendes Júnior – ilustre Promotor da área do Estatuto do Torcedor, há dois anos, na cidade de Porto Alegre; a palavra do Promotor não é aleatória, ela é uma palavra não só do seu conhecimento como também da sua vivência nesses dois anos, cujos números são irrefutáveis. Gostaria de dizer do meu imenso respeito e até amizade que tenho pelo Ver. Brasinha, que não está presente por motivos que todos conhecem, mas quero trazer o meu sentimento muito forte, porque eu gosto muito do nosso Brasinha. Até me abstive, naquele dia da votação, justamente para não votar contrário ao projeto do meu amigo Brasinha, embora ele soubesse que eu tinha posição contrária à matéria. A Casa aprovou, tudo bem. Agora houve um Veto. Nesse interstício do Veto que será apreciado em breve por nós, houve um grande fator no Brasil: a sanção da lei federal que proíbe e que considera crime a venda de bebida alcoólica para menores de 18 anos. Então foi um avanço nesse sentido. Os exemplos são inúmeros. Sábado, eu assisti ao jogo do Inter com o Brasil de Pelotas, a própria torcida do Brasil, sem motivo maior, indispos-se; uma menina saiu ferida. Enfim, isso tudo é motivado, estimulado pelo uso do álcool. E, como disse o Promotor, crianças, como aquela que saiu nos braços, comoveu a nós todos no sábado. Há uma nova realidade, desde a Copa, e que o Rio Grande do Sul absorveu: as famílias nos estádios. Então, com todo o respeito, a lei do Ver. Brasinha é inconstitucional, porque há uma lei estadual – se não me engano do Deputado Miki Breier –, que tem abrangência em todo Estado, evidentemente tem abrangência para Porto Alegre, é óbvio. Então, uma lei municipal contrariar uma lei estadual é inconstitucional. Mas, além disso, o grande argumento do nosso Brasinha, eu me lembro, entre outros, o que mais foi enfático na minha mente, foi que não adianta proibir dentro dos estádios se as pessoas, bem na hora de começar o jogo, já entram alcoolizadas. Nesse sentido, também brevemente, vai ser votado nesta Casa um projeto de minha autoria. Eu não criei a roda, nem o pioneirismo. Já existe, em Fortaleza, essa lei, com grande eficácia, que é a proibição de álcool

também no entorno dos estádios e a cem metros, porque aí eliminaria o argumento de que a pessoa bebe antes e fica lá dentro já alcoolizado. Então, também teremos oportunidade de discutir esse projeto, por mim apresentado, para coibir a venda de bebida alcoólica no entorno dos estádios até cem metros. Aproveitei – surpreendi-me que em Porto Alegre também não havia isto – e propus proibição de cem metros no entorno das escolas. Então, pelo nosso projeto, vai ser proibido a venda de álcool ao redor dos estádios e também ao redor das escolas.

Neste momento, eu quero apelar aos meus Pares, diante da evidência da inconstitucionalidade da proposta do Ver. Brasinha, projeto que foi vetado, no sentido de aceitarmos o veto pela inconstitucionalidade e, também, pelo mérito – ou pelo demérito –, e o Promotor acaba de nos asseverar não com conhecimento empírico, mas com conhecimento científico, matemático, de que, sim, sim, o álcool ajuda na violência dos estádios! Nós não podemos contrariar as evidências, não podemos contrariar o que acontece na realidade! Não é apenas o nosso desejo de que, às vezes, “ah, pois é, mas o que é que tem tomar uma latinha de cerveja?” Não é bem assim! E, por isso, vamos apreciar o veto! E o nosso projeto está à disposição para discussão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente. Quero cumprimentar o Promotor Dr. José Francisco. O que me motivou votar com o Brasinha no seu projeto... Com toda sinceridade, esse voto foi um voto meu, Dr. Francisco, esse voto foi pessoal, por ter vivido 20 anos no gramado como jogador e por, agora, estar vivendo nas cadeiras como torcedor.

Sobre a Copa do Mundo, tivemos mais de 65% de torcedores brasileiros. No Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, era uma média de 60% brasileiros e mais alguns europeus. Eu, que frequentei muito a orla do Fan Fest, vi que os com mais bebidas, Ver. Cassio, eram os europeus; os brasileiros, ao contrário, eram guias turísticos deles e depois iam com eles para o estádio.

Mas não é isso. Tem mérito a sua fala, porque realmente é abrir a porteira para a violência. Ver. Dinho, as arenas são muito visadas; os estádios pequenos não estão sendo visados. Eu tenho visto na televisão – acompanho todos os esportes – que, nesses estádios lá embaixo, no Ceará, no Recife, aqui na Fronteira, se passa cerveja para dentro do campo, e os torcedores continuam bebendo! Que não tenha mais bebida nas arenas, Ver. Nereu D'Avila.

Existe uma coisa muito mais forte em que também não estamos prestando atenção, que não é só a bebida alcoólica: está havendo uma explosão de preconceitos, de vários preconceitos, de todos os tipos de preconceitos. Está havendo isso também! Qual a motivação desse pessoal com o preconceito? Bebida alcoólica? Não é mais. Não tem bebida alcoólica nas arenas. E nós estamos vendo acontecer o preconceito, Doutor, nas grandes arenas, nos grandes estádios, nos países mais desenvolvidos, que se dizem de Primeiro Mundo. Quanto a isso, eu tenho um orgulho muito grande do meu País. Muitas vezes, naquele elo do torcedor, naquela vontade do seu time ganhar, há uma explosão muito grande e, às vezes, como diz o mineiro, escapole, assim aconteceu com aquela guria; a gente vê que ela fala e bota a mão na boca: “Ah, eu não podia falar!”, porque ela convive com a raça.

Então, Doutor, eu acho que o seu caminho é um bom caminho, e a gente vai respeitar, porque está dentro daquilo que se pede, de se ajudar cada vez mais este País a ser um país com menos violência, um país mais humano. Estamos aqui para ajudar. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Sr. Francisco Seabra Mendes Júnior, Promotor de Justiça, nosso convidado: a nossa bancada foi a proponente do projeto. O Ver. Brasinha não está mais em exercício nesta Casa, mas, logicamente, quero até elogiar V. Exa., pois tratou a matéria mesmo com a ausência do proponente.

Quero colocar algumas questões, sem polemizar também, como foi a sua metodologia. Há o Estatuto do Torcedor, uma lei nacional proibindo o torcedor de portar bebida, e há uma lei estadual. A teoria – inclusive a do parecer da CCJ – é de que as leis são concorrentes, mas, como isso é uma questão de postura municipal e como a lei estadual de autoria do Deputado Miki Breier fala da proibição durante os jogos – a lei do proponente falava de antes, durante e depois –, não creio que haja maior dificuldade.

Eu quero dizer, em nome da Bancada do PTB, que nós vamos, Ver. Nereu, acatar o Veto do Prefeito. Entendemos que foi importante o projeto de lei do Ver. Brasinha, porque trouxe mais uma vez essa discussão, principalmente, Ver. Cláudio Janta, para nós tratarmos da questão da civilidade. Tirando de lado, como V. Exa. fez, a questão jurídica, quem julga a inconstitucionalidade é o STF, mas o Executivo, em algum momento, tem que dizer a sua versão, se é inconstitucional ou não. O Executivo entendeu como inconstitucional, e a nossa bancada vai acatar esse entendimento.

Na questão do mérito, para nós é uma tristeza, Ver. Airto Ferronato, que ainda não se possa ter civilidade num estádio de futebol a ponto de uma pessoa não ficar abstinente durante noventa minutos. Eu não aceito esse argumento. Eu até não bebo, mas a minha esposa toma uma latinha de cerveja quando chega ao estádio, porque não pode consumir uma latinha de cerveja lá dentro do estádio. Então, por uma questão de civilidade, a minha esposa ou qualquer pessoa que vá consumir uma latinha de cerveja – que não seja um alcoólatra, nem um dependente da bebida alcoólica – que possa fazê-lo, assim como pode fazer em casa, como pode fazer num bar, como pode fazer num *show*, que reúne muita gente também. Talvez o espírito do futebol ainda não esteja devidamente preparado para isso.

Sou autor de uma emenda, Ver.^a Fernanda, e passou também a emenda, que autoriza somente nos estádios que têm sistema de segurança, como é o caso da Arena e do Beira-Rio. Hoje, na verdade, na Arena e no Beira-Rio é um verdadeiro Big Brother, enxerga-se tudo! Portanto, se o mérito da questão avançasse, qualquer distúrbio ou qualquer deslize, seria plenamente suficiente, Ver. Dinho, para se pegar a pessoa que cometeu o deslize, e essa, sim, ser punida, como é no caso dos automóveis. Não pode beber e dirigir! Quem bebe, dirige e cai numa *blitz*, hoje, é preso! Que é o que precisa acontecer. Mas eu acho que talvez tenha servido para trazermos novamente o assunto à tona. Mudou o público que frequenta os estádios. Hoje, nos grandes estádios – que

seriam objeto dessa lei –, 98% dos frequentadores são sócios, sobram muitos poucos ingressos para quem não é sócio nos jogos de menor envergadura. Eu acredito que, se existe dúvida em relação à segurança, então, nós precisamos esperar um pouco mais e aguardar que a questão da civilidade avance.

Quero encaminhar, de pleno, a nossa posição antecipada de contrariedade ao projeto do Ver. Nereu. Não vai resolver proibir a 100 metros! Daí o cara vai beber a 101 metros, a 100,5 metros! Nós vamos voltar, daí sim, à lei seca, que para mim não teria problema algum, mas voltaríamos a um dos piores momentos de exceção da história dos Estados Unidos. E isso nós não queremos para o nosso Brasil. Também é proibido o consumo de drogas, e, eventualmente, há consumo de drogas em alguns lugares do estádio; e eventualmente também há pessoas que também conseguem driblar a segurança, Ver. Janta, entram lá com bebida alcoólica camuflada e acabam consumindo. Sinceramente, Ver. Nereu, eu não vejo, infelizmente, condições ficar medindo qual é o raio de cem metros, se pode, se não pode. Tem todo o comércio do entorno que vai ser afetado, então, eu acho que essa não é uma medida que venha a agregar. Muito obrigado, parabéns pelo trabalho e um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, quero fazer uma saudação especial ao Dr. Seabra Mendes Júnior e dizer que – falo em meu nome e em nome da Bancada do PSB aqui na Câmara – eu já havia votado contrário lá, quando se discutiu a matéria, e vou manter o Veto. Também quero cumprimentá-lo por expor questões tão importantes para a nossa convivência harmônica aqui no Município de Porto Alegre. Um abraço e obrigado pela sua presença.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Queria cumprimentar o Ver. Nereu D'Avila, que propôs esse comparecimento, pela iniciativa; e cumprimentar o Dr. Seabra pelo trabalho que vem realizando na Promotoria. Eu fui testemunha, como integrante da Comissão de Direitos Humanos, do belo trabalho que a Promotoria tem feito em vários aspectos: no combate ao racismo, no combate à intolerância dentro do futebol. Recentemente, nós estivemos numa audiência na Assembleia Legislativa com relação aos casos de abuso e violência policial, e, mais uma vez, a Promotoria estava lá.

Quero dizer que a posição do PSOL, quando da votação, já era contrária ao projeto em função desse caráter da constitucionalidade, sem dúvida, mas, também, da ideia de ter áreas *vips* liberadas, o que é uma proposta que acaba colocando a ideia da criminalização da própria torcida. Acho que foi muito correto, Dr. Seabra, o que o senhor falou sobre esse combate à criminalização dos torcedores, enfim, os dados que o senhor nos trouxe – nós já tínhamos essa posição, o Ver. Alex Fraga nos representou nessa votação. Então, queria cumprimentá-lo e parabenizar o trabalho da Promotoria, acho que tem feito a diferença em muitos aspectos. E nós, mais uma vez, vamos ter, a partir da Promotoria, o chamamento da Secretaria de Segurança Pública, dos clubes, das torcidas, para discutir essa questão, que é inadmissível. Nós tivemos um torcedor do Novo Hamburgo, o Maicon, um menino de 16 anos assassinado pelas costas, tivemos vários casos de lesões permanentes em função do uso da bala de borracha. E a Promotoria, na audiência, junto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, vai chamar as partes para fazer um protocolo e uma política de combate a esse tipo de violência dentro dos estádios.

Para concluir, quero, mais uma vez, parabenizar pela atuação e dizer da importância de a gente fazer essa discussão. Queria lhe perguntar se tem dados, também, de Porto Alegre. O senhor falou de Pernambuco, da redução dos casos de violência em 80%; em Porto Alegre, uma questão temporal... Enfim, depois eu posso pegar com o senhor, ou, no momento das respostas, se o senhor puder repassar essa questão dos dados, para nós, seria muito importante.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Dr. Seabra, muito obrigado pela sua vinda a nossa Casa. Já estivemos juntos outras vezes, aliás, por sua iniciativa também, debatendo o problema de violência nos estádios. É muito importante que esta Casa escute a sua voz, que é uma voz de quem, realmente, está no dia a dia da situação, convivendo com os problemas, é muito importante que a gente possa conhecer essa realidade. O álcool, já é sabido por todos, a própria Organização Mundial da Saúde divulgou, é a substância que mais causa violência no mundo em todos os tipos de situação, desde a violência doméstica, violência no carro e, também, violência nos estádios. Tenho aqui o apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores: o nosso Presidente Ver. Mauro, a Ver.^a Sofia e o Ver. Sgarbossa também compartilham dessa opinião.

Nós estivemos juntos, inclusive, quando o senhor soube de um projeto de lei que apresentamos sobre o controle biométrico, que ainda não tivemos êxito de trazer ao plenário. Ele não tem tido uma boa opinião dos colegas nas Comissões, mas peço que os colegas possam pensar no assunto. Agora já foi instalado o controle biométrico no Atlético Paranaense, depois daquela grave situação, a mais grave dos últimos dois anos, e realmente parece ser um grande caminho para a prevenção, até para que a gente não precise encher os estádios de efetivos da Polícia Militar. Sem entrar no debate do mérito, mas, pragmaticamente, nós precisamos desses policiais em outras situações, reduzindo o trabalho da Promotoria e da Polícia Civil. Também deixo esse tema do controle biométrico para sua explanação final.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Boa tarde, Sr. Presidente; Dr. Seabra, obrigado por ter vindo a convite do Ver. Nereu; quero, publicamente, agradecer pela grande parceria na grande Copa que todos nós fizemos, e convivemos muito lá. Foi, realmente, um evento que satisfez a todos os porto-alegrenses, a todos os gaúchos, um exemplo nacional, e o senhor tem participação nisso.

Em relação a esse projeto, quero dizer ao senhor que votei favoravelmente, mas foi vetado pelo Prefeito. E eu vou manter o Veto do Sr. Prefeito.

Em relação ao projeto do Ver. Kopittke sobre a identificação digital, o Internacional já está testando isso. O senhor já tem o conhecimento para colocar em prática, e obviamente que isso vai melhorar muito. Conte conosco, conte com esta Casa! E, mais uma vez, publicamente, obrigado pelo apoio para a realização e organização do evento Copa do Mundo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Promotor Seabra, em primeiro lugar, eu queria pedir desculpas ao senhor e a toda a população de Porto Alegre por ter votado a favor do projeto do Ver. Brasinha. Depois das suas explicações, acho que a gente não só deve manter o Veto do Prefeito, como votar a favor do projeto do Ver. Nereu D'Avila. Com todos os argumentos e todos os números que o senhor nos trouxe, realmente acho que a gente deve proibir, apesar dos argumentos do Cassio sobre a Lei Seca. Mas acho que, quanto mais violência nós conseguirmos evitar em função das drogas, em função da bebida, nós vamos estar fazendo um bem aos jovens, um bem ao povo de Porto Alegre. Então, vou refazer meu voto, votando a favor do Veto do Prefeito de Porto Alegre. O Ver. Brasinha há de entender, os torcedores não de entender. Eu dizia ao Ver. Nereu que o projeto dele, além de incluir os estádios, inclui as escolas. Eu acho isso muito importante. Se as pessoas quiserem beber, bebam em casa, façam um churrasco, vejam o jogo em casa. Os dados que o senhor nos trouxe sobre a diminuição do número de crimes nos estádios já nos leva a manter o Veto do Prefeito à lei do Ver. Brasinha.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Sr. José Francisco Seabra está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ FRANCISO SEABRA MENDES JÚNIOR: Sr. Presidente, uma vez mais, agradeço o convite formulado e agradeço todas as referências elogiosas feitas ao trabalho da Promotoria. Apenas para complementar em relação aos questionamentos feitos pela Ver.^a Fernanda e, também, pelo Ver. Kopittke. Ver.^a Fernanda, nós não temos esses dados estatísticos de redução aqui em Porto Alegre, na época ainda não havia a

Promotoria do Torcedor, então, esses dados não puderam ser colhidos. Nós temos esses dados estatísticos de outros Estados que nos repassaram, onde houve a preocupação, à época, de fazer esse comparativo. Mas acredito que esse levantamento feito pela Promotoria em relação às ocorrências, ele já é bastante emblemático ao evidenciar essa curva descendente que ocorre durante a partida em relação à queda dos índices de alcoolemia. Então, mesmo com gente entrando alterada no estádio, no decorrer da partida, esses índices vão caindo. Até não cheguei a mencionar no primeiro momento, em adendo àquelas questões que eu já coloquei das proibições em outros países, recentemente a Conmebol, a Confederação Sul-Americana de Futebol, expediu uma circular a todos os clubes que competem na Taça Libertadores da América autorizando-os a proibir a entrada de torcedores alcoolizados no estádio. Isso, recentemente, num jogo entre Corinthians e Danúbio, no Uruguai, causou uma certa complexidade, porque muitos torcedores corintianos tiveram acesso impedido ao estádio, com ingresso na mão, por conta de estarem alcoolizados. Então, é mais uma evidencia de que essa tendência a eliminar o álcool dos estádios é cada vez mais concreta.

Quanto à questão colocada pelo Ver. Kopittke, de fato há uma preocupação da Promotoria do Torcedor, já há algum tempo, em relação à possibilidade de que tenhamos um controle em relação à fluência de público nos estádios. Como bem disse antes o Ver. Cassio, hoje já temos um “Big Brother” dentro do estádio, se é que assim podemos chamar, na medida em que há 200 câmeras na Arena e outras 200 no Beira-Rio. Mas essas câmeras não são suficientes em alguns casos, porque elas precisam ser operadas manualmente. Se quem estiver operando não der o *close* na hora certa, ele pode não detectar a ocorrência do ilícito. Ainda assim, nós tivemos um recente episódio no jogo entre Inter e Emelec, onde uma briga foi transmitida em tempo real pela televisão, oito torcedores agrediram outros dois, e nós tínhamos a imagem desses torcedores; dois foram presos na hora e conduzidos ao Juizado; quanto aos outros seis, eu fiquei duas semanas olhando aquele vídeo todos os dias, fazendo pesquisa na rede social, fazendo diligências, para conseguir identificar aquelas pessoas, porque nós tínhamos imagens, nós tínhamos rostos, mas não tínhamos a identidade daqueles torcedores. Então, por esse projeto do Vereador, que tornaria obrigatório o controle biométrico dos estádios, acredito até que se pode ir um pouco além, que é nesse teste que o Sport Club Internacional vem fazendo, o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense já fez na Arena, que é o

do reconhecimento facial, que permite impedir que torcedores que estão suspensos nos estádios entrem no estádio, por conta da fotografia dele, que é inserida no sistema. No momento em que o torcedor entra e se coloca em frente à catraca de entrada do estádio, a câmara que está filmando registra o seu rosto e esse *software* já cruza os dados daquele rosto que está na câmara com o rosto que está ali entre as fotos dos torcedores impedidos. Esse sistema proíbe que um torcedor impedido possa entrar dentro do estádio, ao mesmo tempo em que ele permite a identificação desse torcedor, se nós fizermos uma integração desse sistema, por exemplo, com o sistema da Secretaria de Segurança, com as fotos das pessoas. Então, é possível que o sujeito que praticou um crime dentro do estádio, ainda que ele não seja preso naquele momento, no momento em que ele sair pela catraca, a câmara tem como identificá-lo informando que foi ele que deu o soco, que causou o tumulto.

Então, o Ministério Público reputa de extrema importância também esse *software* de reconhecimento facial para acabar com o anonimato da multidão. E acredito que essa é uma das outras grandes causas da violência no estádio, o fato de o torcedor ali se sentir impune, na medida em que ele, com o elemento do álcool e também sendo estimulado por outras pessoas que ali vão com aquele mesmo comportamento agressivo, na medida em que ele está acompanhado de outros e se sente anônimo naquela multidão, ele se sente mais encorajado a descumprir as leis. Na medida em que ele souber que ele não é mais anônimo não só pelas câmaras, mas porque essas câmaras permitem a sua identificação, acredito que isso tende a se reduzir cada vez mais.

O Sr. João Bosco Vaz: Dr. Seabra, nós sabemos do seu esforço, do esforço do Judiciário. Tem vários torcedores que são presos, punidos e condenados, e uma das penas é não ir ao estádio e ter que se apresentar na delegacia, enquanto o jogo estiver ocorrendo; e tem torcedor que não se apresenta – pelo menos, os meus colegas da mídia esportiva dizem isso. Que tipo de informação o senhor poderia nos passar em relação a essa situação?

O SR. JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR: Ver. João Bosco, nós tivemos recentemente, inclusive, uma matéria que foi veiculada na Radio Gaúcha sobre isso. Eles fizeram um levantamento de todos os torcedores que se encontravam hoje suspensos –

nós temos uma listagem de 41 torcedores que estão banidos temporariamente dos estádios – e a manchete da matéria da Gaúcha é de que, de cada dez torcedores proibidos, quatro não estavam se apresentando na delegacia. Em primeiro lugar, é bom que se diga que isso não significa que eles estão indo ao estádio; significa que eles não estão cumprindo a outra condição, porque essa suspensão sempre parte de duas condições, ele não pode ir ao estádio e ele tem que se apresentar na delegacia na hora do jogo. Como há ainda algumas deficiências no Interior do Estado e na Região Metropolitana, já detectadas pelo juiz a quem compete essa fiscalização, eles estão, inclusive, abrindo a possibilidade de ampliar para quartéis da Brigada Militar a fiscalização dessa apresentação. Mas o que tem acontecido hoje é, no caso dos torcedores que descumprem esse dever de apresentação na Polícia, a comunicação é imediata, o juiz recebe no dia seguinte do delegado a informação de quem não se apresentou e, nos casos em que há descumprimento de cautelar judicial, o juiz tem agravada essa cautelar com a determinação de monitoramento eletrônico. Então é implantada aquela tornozeleira eletrônica, ela é calibrada para que ele não possa se aproximar até cinco quilômetros do estádio em dias de jogo, e isso é monitorado pela Susepe.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Agradecemos a presença do Promotor Seabra, que foi muito objetivo, nos trouxe muitos esclarecimentos, o que será bastante útil. Em nome da Câmara de Vereadores, agradecemos o seu comparecimento. Tenha certeza de que a Casa, dentro da sua autonomia, vai fazer uma boa escolha pelo bem da Cidade. Obrigado.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Mauro, colegas Vereadores, funcionários da Câmara Municipal, pessoal que está nas galerias, pessoal que trabalha aqui na Câmara. Queria hoje, antes de tudo, fazer uma breve homenagem, Ver.^a Fernanda, na minha opinião, ao maior escritor contemporâneo da minha época. Eu me lembro, e tu deves te lembrar bem, de que, na época do movimento estudantil, inúmeras vezes a gente utilizava os textos dele nos panfletos e nas manifestações que a gente fazia dentro dos DCEs, na UNE. Eu me lembro, Ver. Pablo – tu és da minha geração – de

ir para os Congressos e citar o Eduardo Galeano, que hoje faleceu, como uma referência de pensador, uma referência de opinião, uma referência ideológica, humana, e uma representação acima do bem e do mal, uma figura que simbolizou, Ver. Villela – tu como uma referência para mim, ele também uma referência, mas uruguaia – muito do que a gente acredita para a humanidade. Eu estou aqui com uma frase dele, que eu lembro de usar bastante no movimento estudantil, que diz o seguinte – muitos de nós, ou todos, entramos na política por isso: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos e ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais lhe alcançarei. E para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” Essa é uma frase de Eduardo Galeano, e eu queria homenageá-lo com essa frase, não só enquanto Vereador que estou, neste momento, mas como pessoa, porque eu acredito que quem tem utopia, quem tem esperança, quem tem alegria dentro do coração e acredita que o futuro pode ser melhor, independente da área que esteja, independente do emprego que exerça, independente da família que constitua, tem uma vida melhor. Uma pessoa depressiva, uma pessoa sem esperança seguramente vive pior, e a utopia está aí para nos mostrar isso.

E eu queria também comentar brevemente duas coisas. Primeira: Ver. Janta, tu que tiveste comigo uma discussão sobre os animais, eu apresentei aqui um Código de Defesa dos Animais, e está havendo toda uma discussão na Cidade e no Estado em torno disso. Eu acho importante que os Vereadores, fundamentalmente aqueles que têm uma opinião como a do Ver. Marcelo Sgarbossa, que é meu parceiro de causa animal, tenham uma opinião sobre as coisas. Eu tenho uma opinião sobre a questão dos animais, que não é contraditória com a nossa cultura, e a manifesto, porque eu defendo os animais, Ver. Villela, e faço isso todos os dias. O meu mandato, todos os dias, está sendo requisitado para buscar cachorro, para levar gato, para doar, para castrar, para vacinar, etc., mas eu sei que nós temos cultura, como a questão do churrasco, que impede que eu seja contra a questão alimentar dos animais, por exemplo, que é o que eu defendo. Eu nem entro no debate religioso, mas no debate alimentar.

Eu acho que nós temos que regular para que os animais não tenham sofrimento, Ver. Villela, ou para que tenham o mínimo de sofrimento para entrar na cadeia alimentar, mas nós não podemos dizer que não se vive da carne animal, afinal, comemos *sushi*, comemos churrasco. E aí eu entro no debate – acabei entrando, na semana passada –

como se fosse um defensor incondicional da religião afro, pela qual eu tenho o maior respeito, assim como pela religião católica e pela religião espírita. Eu, inclusive, tenho uma orientação budista – quero deixar público que é uma orientação, porque não me considero budista. É um princípio de vida, Ver. Nedel, que, desde que eu tive a formação como professor de ioga, eu passei a ter. Dentro dos princípios budistas, dizem para se tratar os animais como seres humanos. Inclusive, na Índia, a vaca é um animal sagrado, e, nas redes sociais, tem tido essa polêmica. A minha opinião sobre isso, Ver. Villela, é a de que a humanidade caminha a passos lentos. Se fosse o meu ideal, Ver. Pablo, é óbvio que os animais sairiam de qualquer sofrimento, inclusive da cadeia alimentar, mas tem uma cultura por trás, e eu, assim como respeito aqueles que defendem que não tenhamos o animal como alimento, respeito aqueles que são criados culturalmente para o alimento. Muitos protetores de animais, inclusive, sabem disso e têm defendido essa opinião, mas alguns, lamentavelmente, têm sido orientados para fazer polêmica na Internet. Eu gostaria de fazer um convite à Ver.^a Lourdes para saber a opinião dela sobre isso, porque acho importante que todos aqueles que defendem a questão animal se posicionem com relação à questão da sacralização animal, publicamente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, eu queria, neste período de Comunicação de Líder, em meu nome e em nome do Ver. Alex Fraga, falar da importância da lei municipal que determinou 14 Áreas Especiais de Interesse Social, as chamadas AEIS, que passou por um longo processo: um processo de discussão, um processo de organização do movimento social e de pedido do protocolo dessa legislação, um processo de tribuna popular e processo de mobilização, o que garantiu, Ver. Janta, em dezembro do ano passado, a aprovação, por unanimidade, deste projeto das AEIS. Mesmo com um GT formado, com todas as nossas tratativas com o Governo, de maneira unilateral o Governo Fortunati vetou a lei. E nós discutimos, em 16 de março deste ano, o veto do Prefeito. Conseguimos derrubar o veto, com o voto de vários Vereadores de várias bancadas, aos quais nós agradecemos, e viemos trazer boas notícias, Ver.^a

pág. 30

Lourdes, Ver. Dr. Thiago: o fato de ter aprovado as AEIS garantiu que três reintegrações de posse não ocorressem no final de semana e nós não tivéssemos mais de mil pessoas nas ruas da cidade de Porto Alegre por não ter uma política efetiva de garantia da habitação, da moradia, como parte das garantias previstas na Constituição Federal. A partir da votação das AEIS, os Desembargadores que trataram dos processos de reintegração em 2ª instância escreveram a importância da lei municipal para garantir um processo de negociação, de busca por desapropriação dessas áreas, de busca por organização das cooperativas para que se avance no processo de regularização fundiária, para que se avance no processo de garantia que esses espaços serão ocupados para a habitação social, e, conforme o art. 7º, com prioridade para os ocupantes que ali estão. Mais que isso: que essas áreas, destinadas, portanto, à habitação social, poderão contar com os serviços públicos, como água e luz, com garantia de serviços públicos essenciais para evitar que as pessoas corram riscos por um lado e, por outro, possam ter acesso a direitos humanos fundamentais.

Essa é a notícia que eu venho trazer hoje na tribuna, porque todos passaram por esse processo de discussão dos vetos. Inclusive, um dia depois da votação, eu falei aqui desta tribuna que a derrubada do veto das AEIS foi um exemplo, num processo em que a política está cada vez mais desacreditada, e não é para menos, com tantos maus exemplos de roubalheiras, quantos bilhões foram da Petrobras, a política do toma lá dá cá, do balcão de negócios do Congresso.

A Câmara Municipal de Porto Alegre deu outro exemplo, deu o exemplo de que a habitação, a moradia tem que ter prioridade e tem que estar na agenda política. É inadmissível que o DEMHAB tenha orçamento, por um lado, tão pequeno e, por outro lado, não tenha um planejamento estratégico para garantir que essas verbas sejam utilizadas para a construção de habitações populares. Mais do que isso, que nós tenhamos 54 mil inscritos no programa Minha Casa, Minha Vida, e menos de 2 mil casas entregues em seis anos. É inadmissível que Porto Alegre conviva com os vazios urbanos, 40 mil imóveis abandonados no Centro da Cidade, enquanto 50 mil porto-alegrenses não têm onde morar. Onde está a função social da propriedade? A Câmara Municipal de Porto Alegre devolveu a prioridade para a função social da propriedade, como está previsto na Constituição Federal. Não pode ser que tenha áreas há 30 anos abandonadas sendo utilizadas como fator de especulação, por grupos que controlam essas terras e as deixam

pág. 31

paradas por dez, 20, 30 anos, esperando a valorização, ou, como aconteceu como aquele projeto dos esqueletos no Centro, barganhando benesses do Poder Público como mais índice construtivo. Isso é inadmissível! Nós precisamos gravar em Porto Alegre o imposto progressivo sobre aqueles que deixam o imóvel parado por cinco, dez anos. Depois de dez anos, buscar a desapropriação que é prevista pela legislação, mas que o Governo Fortunati não executa quando é para beneficiar o povo pobre, o povo que não tem moradia digna. Então quero cumprimentar os 19 Vereadores que derrubaram o veto e dizer que essa derrubada garantiu que mil pessoas não estivessem na rua hoje, 13 de abril de 2015.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos passando há alguns dias por uma polêmica sobre um projeto que em 2005 já foi para o Supremo Tribunal Federal, após a aprovação do Tribunal de Justiça, da reivindicação dos religiosos da matriz africana. O Ministério Público recorreu e foi para Brasília. Está lá desde 2006, 2007, para ser votado. O último movimento que fizemos foi a cobrança de uma decisão, porque o Supremo é o Supremo! É o Supremo que vai dizer se é constitucional ou não. E então, o Ministro Marco Aurélio ficou com o processo e até hoje não julgou. Isso está a cargo da ONG Bichoterapia, cuja presidente é uma Procuradora de Justiça, que entende muito bem de leis. A manifestação dela, na última semana, foi de que o Estado não poderia tratar desta questão, primeiro, porque, para alterar a Constituição, tem que ser em nível federal; e cláusula pétrea só se muda com mudança de regime e mudança de Constituição.

Então, eu quero dizer que acho que a proteção animal, a causa animal, as protetoras, estão sendo instigadas no momento em que nem o Supremo definiu um projeto que não precisava vir neste momento. E os novatos, que não sabem da história, estão engajados... Mas eu acho bom que a pessoa se engaje numa posição, não numa posição dúbia: uma hora está do lado dos afros, outra hora está do lado da proteção animal. E eu quero lhe dizer, Ver. Maroni: quem é o senhor para vir me cobrar decisão e posição? O

senhor entrou ontem aqui; o senhor nunca foi protetor; o senhor tem seu cãozinho em casa, como qualquer um que goste de animal tem. A proteção animal é muito mais profunda, tem problemas sociais. Nós estamos na ONG botando dinheiro nosso, porque os poderes públicos municipais nunca tomam decisão; quando tomam é paliativa: um pouquinho de esterilização aqui, outro pouquinho acolá. Então, o senhor não use o meu nome indevidamente como o senhor ousou entrar no meu gabinete, fotografar os meus funcionários e a porta do meu gabinete. Eu posso lhe botar na ética. O senhor aprenda; o senhor tenha responsabilidade, Ver. Maroni, e não cite mais o meu nome aqui. Eu não lhe conheço da causa animal. O senhor está querendo entrar, como está querendo pegar tudo que é filão. E o senhor respeite o partido que o elegeu e não fique se oferecendo a tudo que é partido aqui na plenária! E não me tire para bobinha, porque eu conheço bem as leis; eu conheço bem meu limite. Não me cite mais nesta tribuna. O senhor se faz de cachorro; o senhor falta com a verdade. Desde quando o senhor doou 3 mil animais? Nenhum canil municipal consegue; nem nós com as ONGs conseguimos. Então, não falte com a verdade; e não fique fazendo fotos com as protetoras e depois recebendo a matriz africana aqui, como se fosse grande amigo. Quero dizer que nós estamos cansados de ver pessoas que, na época de eleição, fazem fotinhos com os cachorrinhos, dizem que amam os animais, mas esquecem que, na periferia, nós temos procriação, doenças, animais que agonizam, e é por isso que nós estamos trabalhando aqui por políticas públicas. Eu não quero saber se é Joana ou Maria que está coordenando a SEDA, eu quero saber de não receber mais 50, cem pedidos, por *e-mail*, por Facebook, para atender animais em periferia, animais doentes, animais procriando, animais agonizando, e ninguém atende. É isso que eu quero: políticas públicas. E o senhor não cite mais o meu nome, porque estou analisando ainda o que o senhor fez comigo. O senhor não pode entrar no meu gabinete, fotografar funcionários, fotografar a minha porta e botar na rede social! O senhor seja mais maduro! Aqui não é um grêmio estudantil! Aqui é o Parlamento Municipal, e eu sou a Vereadora Titular! O senhor me respeite! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, utilizo o espaço do Partido dos Trabalhadores para, primeiro, não deixar passar em branco que ontem tivemos manifestações no Brasil novamente, manifestações democráticas, mas sempre lembrando o fato curioso que muitas pessoas utilizam dessa liberdade de manifestação para pedir o fim do direito de manifestação, de intervenção militar e ditadura. Uma pena, mas temos que reconhecer, as manifestações, apesar de terem minguado muito, são legítimas e democráticas, e é assim que devem ser tratadas.

Subo à tribuna para falar de uma outra questão: exatamente, hoje, 13 de abril, termina o prazo de três anos para os municípios com mais de 20 mil habitantes elaborarem os seus Planos Municipais de Mobilidade Urbana. Não sei se para Porto Alegre a mobilidade urbana é um tema menor, hoje elencado como um dos temas que mais impactam na vida do cidadão. Junto com saúde, segurança, educação, a mobilidade urbana, com certeza, entrou na agenda e no inferno urbano de muitas pessoas que deixam de frequentar as casas de familiares e demoram muito para chegar em casa, não só pelos congestionamentos, mas pela forma que está estruturado o modal de transporte, privilegiando o transporte individual.

Pois bem, nós, aqui na Câmara, colegas Vereadores, fizemos uma Frente Parlamentar para debater o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, seria a contribuição da Câmara e da cidadania para subsidiar o Executivo, ou fazer junto com o Executivo o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de Porto Alegre. Em 2013, fundamos a Frente e fizemos vários encontros, em que tratamos dos modais não motorizados, de um conceito de cidade que queremos, da gestão e participação popular, da emissão de partículas, danos à saúde, poluição atmosférica. No final desse relatório, que está à disposição em formato eletrônico e impresso, elencamos, inclusive, indicadores para monitorar a mobilidade urbana saudável, sustentável na nossa Cidade. Nessa primeira audiência, quase 40 entidades foram representadas durante as reuniões do Plano de Mobilidade Urbana. A Acessibilidade estava também presente. E nós, nada mais, nada menos, queríamos entregar à Prefeitura, de forma oficial, o relatório final da Frente Parlamentar para discutir o Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Alegre.

Srs. Vereadores, principalmente os da base do Governo; Ver. Ferronato, que é Líder do Governo; não conseguimos, durante um ano inteiro, uma agenda com o Prefeito para a entrega oficial do relatório da Frente Parlamentar. A última vez que tentamos uma agenda

com o Prefeito foi no dia 15 de dezembro do ano passado, reiteramos novamente o pedido e não tivemos sequer resposta. Então vejam, aqui se fala tanto que devemos ter uma oposição que dialogue com a situação, com o Prefeito. Tentativa de dialogar não nos falta. Na semana passada quando aprovamos aqui o projeto de lei que autoriza o transporte de animais no transporte coletivo, tentamos dialogar, pedimos apoio à Prefeitura e não conseguimos. Agora, no sábado passado, foi inaugurada uma travessia de pedestres no bairro Auxiliadora – oito anos de luta da comunidade para conseguir, com recursos de contrapartida, a travessia de pedestres. Pois bem, estavam lá Prefeito, Vice-Prefeito. O Prefeito, em sua fala, mencionou *parklets*, falou em redução da velocidade dos automóveis na Cidade. Coincidentemente, dois projetos de lei de nossa autoria que tramitam nesta Casa. Eu gostaria – já quero deixar aqui o registro – que não aconteça novamente o que aconteceu na semana passada, que o Executivo reconheça a tramitação desses projetos e que nos busque para ajudarmos a contribuir com as ideias da Prefeitura. E, pasmem, senhores, três anos se deu de prazo para fazer o Plano de Mobilidade Urbana, e, hoje, que termina o prazo dos três anos, a Prefeitura está chamando uma audiência pública! No último dia de prazo uma audiência pública para debater com a Cidade o Plano de Mobilidade Urbana!

Então, eu não tenho como não deixar de registrar aqui um desrespeito com o Parlamento: um Prefeito que não recebe as conclusões da Frente Parlamentar. Nós desistimos! Eu confesso que nós desistimos de pedir agenda com o Prefeito! Desistimos de pedir agenda! A última vez que tentamos foi no dia 15 de dezembro do ano passado. Então, está aqui o relatório à disposição, com conclusões sérias, mais de 40 entidades elaboraram indicadores, monitoramentos, sugestões e sequer conseguimos ser recebidos pelo Prefeito. Essa lei está em vigor desde o dia 13 dezembro de 2012, portanto, hoje fecham três anos da lei. Hoje é o último dia para concluir a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana do Município de Porto Alegre, e eu diria que, descaradamente, o Município convoca uma audiência pública, que será logo mais na sede da Prefeitura. É um total desrespeito com a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Aprego o Memorando nº 018/15, de autoria do Ver. Engº Comassetto, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de

falta –, que comunica a sua participação na reunião da Caixa Econômica Federal, representando a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB, com a pauta sobre o sistema de macrogranagem na região da Ponta Grossa, no dia 13 de abril. Apregoo o Memorando de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento da Rede Ecumênica da Juventude – REJU, na Mesa de Debates e Análise de Conjuntura do Cenário Político Atual, na Faculdade EST, em São Leopoldo, no dia 12 de abril de 2015.

Apregoo o Memorando de autoria da Ver.^a Mônica Leal, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação da Convenção Nacional Ordinária do Partido Progressista – PP, em Brasília, no dia 14 de abril de 2015. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Sr. Presidente; agradeço aos partidos da oposição – PSOL, PCdoB e o PT – que me permitiram falar neste tempo sobre um tema que é pauta hoje no Brasil, a terceirização, mas que nos pega de forma radical e, eu diria, dramática, aqui em Porto Alegre. Nós já tratamos muitas vezes na tribuna, mas eu gostaria de ser um pouquinho mais específica. Em primeiro lugar, quero dizer que nós não temos acordo, há uma greve geral chamada para o dia 15 de abril, contra a ampliação da terceirização. Se antes a terceirização...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Com a greve geral? Com a paralisação do dia 15 o pessoal tem acordo. Ótimo. O que nós não temos acordo é com a ampliação da terceirização. Hoje se prosperarem os debates e as votações da Câmara, estenderão a todas as áreas, a todas as áreas-fim da Administração Pública, o que já demonstrou ser uma forma de superexplorar os trabalhadores na área operacional, que é onde está o maior grau, maior número de terceirização neste País. E essa abertura de possibilidade em outras áreas vai demonstrar o que aqui em Porto Alegre já está demonstrado.

Eu não preciso falar da educação diretamente, vou falar primeiro da Assistência Social. Os trabalhadores e as trabalhadoras da FASC, em que hoje há terceirização de Assistente Social, de Psicóloga, de equipes de trabalho inteiras, em determinado momento há atraso de salário, não há pagamento de direitos. Já vivemos isso em relação a portarias e segurança na saúde; esta Casa já atendeu várias vezes. Nós, agora, estamos vivendo de novo o drama das funcionárias educadoras, trabalhadoras da cozinha e da limpeza da área da educação de Porto Alegre. Agora uma empresa foi contratada temporariamente, porque a Cootrario deu calote no final do ano, em dezembro, sumiu, começou a não pagar o 13º salário, não pagou férias, a Prefeitura assumiu todos os custos. A Cootrario – vou falar claramente aqui –, uma cooperativa de trabalho que envergonha o esforço, a luta dos trabalhadores para conquistar o formato de cooperativa – envergonha! –, deixou quase mil mulheres num fim de ano dramático. A Prefeitura é que foi, solidariamente, pagar os direitos delas em fevereiro deste ano. E, agora, a Clinsul foi contratada – acredito que é esta, não quero dizer nomes – temporariamente. Sexta-feira era uma enxurrada de telefonemas, porque era dia 10 e elas não haviam recebido o salário do mês de março.

Então, de novo, nós sabemos o que significa terceirização: a humilhação de homens e mulheres para quem sequer o salário mensal chega no fim do mês. E esta ampliação que o Congresso Nacional faz não considera o desastre que é a exploração e o recuo nos direitos dos trabalhadores. Nós podemos afirmar que, prosperando esta abertura da terceirização, está revogada – e falo ao PDT, hein? – a CLT no Brasil. Revogada a CLT no Brasil! E aí provoco o Ver. Janta, porque, infelizmente, todo o Solidariedade não votou contrariamente a essa terceirização desmesurada, tentou explicar aqui uma série de emendas. Nós entendemos que abriu para terceirizar outros setores, rasgou a CLT!

E, agora, o Dr. Thiago me provoca, e eu gostaria de devolver a provocação. Está no jornal do final de semana, Ver. Dr. Thiago: os médicos brasileiros ocuparam quase 100% das vagas do Mais Médicos deste ano. Quatro mil e setecentos médicos brasileiros se apresentaram e estão sendo contratados pelo Governo Federal. Portanto, é muito diferente o tratamento dos médicos.

Quero encerrar dizendo que protocolei nesta Casa uma indicação, que espero que votemos o mais breve possível, para que essas trabalhadoras terceirizadas, emergencialmente, sejam, Vereador-Presidente, contratadas diretamente, porque, neste

período, que é um período temporário e extraordinário, elas podem, sim, ser contratadas diretamente pela Prefeitura, até a Prefeitura fazer uma nova licitação ou fazer concurso ou tomar a medida permanente que preserve os seus direitos. Então, Vereador-Presidente, eu encerro dizendo que entrego para V. Exa. essa indicação, que já protocolei, e vou solicitar que seja priorizada na reunião de Mesa e Lideranças, para que a Prefeitura, autorizada e respaldada por nós, contrate diretamente as funcionárias de limpeza e cozinha da Rede Municipal, até uma solução definitiva.

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Dr. Thiago: Quero dizer para a Ver.^a Sofia que vou votar com ela, vou acompanhá-la nesse projeto de indicação, mas quero dizer que entendo que também é precarização do contrato de trabalho a questão do programa Mais Médicos e também é terceirização a questão da contratação de médicos cubanos. Então, eu acabo não entendendo essa incoerência, essa ambivalência que ela acaba por colocar, aqui, para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, como é bom botar a responsabilidade do PL nº 4330 nos ombros do Solidariedade, que tem só 16 deputados na Câmara. É bom! É fácil! Só que nós, apesar de sermos um partido com 16 deputados, acreditamos que com as nossas quatro emendas salvamos os direitos dos trabalhadores.

Quantas emendas apresentou a Bancada do PT? Quantas emendas? Vocês votaram contra a Constituição de 88! Vocês votaram contra a Constituição de 88 e se negaram a assiná-la! E agora sobem à tribuna para falar do Sistema Único de Saúde no Brasil, sobem à tribuna para falar dos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes. Está lá na Constituição de 88, que vocês se negaram a assinar! Votaram contra porque o Governo é de vocês! Votaram contra porque o líder de vocês estava junto com o Levy negociando emendas, mas não negociou nenhuma emenda para os trabalhadores!

O meu partido, com 16 deputados, negociou quatro emendas e aprovou as quatro emendas defendendo os direitos dos trabalhadores. Vocês aprovaram emendas

arrecadatórias! Vocês aprovaram sete emendas arrecadatórias a mais. Nenhuma emenda defendendo os trabalhadores! Vocês não quiseram ir para o Congresso Nacional eleger o Tancredo Neves! Como agora, é muito simples: “Meu partido votou contra”, mas que partido votou contra se a votação foi três a um? Que partido votou contra, se o Governo tem a maioria no Congresso Nacional, só a Bancada do Friboi tem 160 Deputados! Que partido votou contra, se a Bancada sindical diminuiu 50% no Congresso Nacional, se a Bancada do Governo é a maior do Congresso Nacional? Só na Bancada do PT são 69 Deputados, porque uma vaga é minha. São 69, uma vaga, eu tirei de vocês, porque eram 70! Só a Bancada do PT tem 69 Deputados, e não apresentaram uma emenda para defender os trabalhadores! Aí vem falar da terceirização? Uma emenda, Prof. Alex, e eles podiam apresentar várias! Um partido como o Solidariedade, com 16, apresentou 4 e as aprovou, estão aqui as emendas: tem que mandar a lista para os sindicatos, tem que ter a anuência dos sindicatos. Os patrões estão indignados com o projeto, mas tem que ter anuência do sindicato para terceirizar! A empresa é solidária! Com isso, nós nos preocupamos. Aí botaram nos nossos ombros: “a terceirização é boa”, mas a Presidente Dilma ainda pode colocar em votação, só que esse projeto está lá no Congresso há 20 anos. Por que o PT não o tirou, ficou por 16 anos? Por que o Lula não tirou esse projeto do Congresso? Durante todos esses 16 anos, o Governo teve a maioria no Congresso. Por que o PT, quando aprovou o fim da responsabilidade fiscal, no final do ano, não tirou esse projeto?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Vocês votaram contra, sim, a Constituição; vocês se negaram a assinar a Constituição de 1988. Foram-se os anéis, mas ficaram os dedos, porque nós – e agora estou falando do que eu entendo – nos negamos a sentar à mesa com o Michel Temer para negociar as 40 horas semanais, e este ano os trabalhadores podiam estar trabalhando 40 horas semanais, porque radicalizamos, queríamos as 40 ou nada. Nós não temos representação sindical nos locais de trabalho, porque radicalizamos. Nós apresentamos nossas quatro emendas, estão aqui: a Emenda nº 04, as Emendas nºs 05, 06 e 07 do Solidariedade. Quais são as emendas do PT no projeto da terceirização? Quais são as emendas do Governo Dilma no projeto da terceirização? Quais são as

emendas da Bancada do Governo Federal, do Governo Dilma, que tem a maioria do Congresso, que podem ainda vetar esse projeto? São todas emendas arrecadatórias, são sete emendas que transferem a responsabilidade de fiscalização do Tesouro, de fiscalização da Receita Federal para as empresas. Essas são as emendas do Governo que o Levy ficou lá negociando no PL, trazendo o Imposto de Renda da Lei nº 123, trazendo a Lei de 1995, na qual onera a pequena empresa e volta a arrecadar. Sete emendas arrecadatórias e nenhuma emenda o Governo apresentou defendendo os trabalhadores. Com força, fé e muita luta, vamos continuar lutando para melhorar a vida dos trabalhadores brasileiros, porque disso entendemos, nisso fomos forjados, e a nossa coluna, a nossa espinha não vamos dobrar nunca na defesa do direito dos trabalhadores! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Vereador-Presidente, apenas o registro: o Ver. Janta não responde por que todo o Solidariedade votou pela terceirização e fica atacando o Partido dos Trabalhadores. Ele que responda pelo seu Partido e pela sua Central Sindical, que traiu os trabalhadores e rasgou a CLT!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Vereadora.

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, acho que a Ver.^a Sofia deve esquecer um pouquinho a Força Sindical e se preocupar um pouquinho com a CUT, que está traindo os trabalhadores há muito tempo não só na questão da terceirização, mas em várias questões, principalmente o fim do fator previdenciário, a redução da jornada de trabalho, porque esse Governo é dela, do PT e da CUT; não é meu! A Força Sindical não elegeu o Presidente da República, pelo contrário, tínhamos candidato, que era o Aécio Neves.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Márcio Bins Ely.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro; eu queria, antes de mais nada – até para depois refletir no meu final de fala, que vai ser o mais aguardado, não é, Villela? –, falar que, hoje pela manhã, eu estive num centro chamado Novos Horizontes. Esse centro, Nereu, tem cerca de 200 internos, entre aqueles que querem se internar e aqueles que foram internados pelo Estado. São pessoas que caíram na drogadição, inclusive o Casartelli foi bem citado, hoje de manhã, pelo Anderson, que coordena o trabalho lá, e também o Dr. Thiago. Lá estão pessoas que perderam a perspectiva de vida – e eu convido todos os Vereadores a irem lá, porque são 200 famílias que estão desestruturadas pela droga, a maior parte pelo *crack* e cocaína. E dentro do que eu falei aqui a primeira vez, eu vi, no lado de lá, que há uma vontade de tentar vencer uma situação difícil, e eu disse para eles que não há nada que a gente passe na vida que não possa ser superado nem reaprendido e que não possa ter a vocação de ser feliz de novo. Ali, o que eles querem é muito simples: um trabalho quando saírem e talvez o carinho e o amor da família. E eu me comprometi com eles – não que eu seja dono ou latifundiário – a abrir uma fazenda minha, como se fosse uma correia de transmissão, um patrimônio meu, um tema ou outro. Acho que a causa é da Cidade, seja drogadição, Lopes – meu chefe de gabinete –, seja qualquer causa, Nereu, e quanto mais parceiros eu encontrar aqui – por isso eu tenho muitos amigos aqui na Câmara... Eu estava há pouco tempo aqui, há dias, e o Dr. Thiago veio a uma homenagem que eu fiz ao Samuel Dalle Laste falar da saúde e da longevidade. E por isso é que eu sou verdadeiramente amigo, sou o que sou, em qualquer lugar, das pessoas aqui dentro, porque vejo que há parceiros e amigos aqui para ajudar nas coisas. Assim como vejo que há funcionários da Câmara que vêm me dar palpite. A Liene vem aqui toda hora, me dá uma sugestão ou outra sobre uma questão animal.

Eu falo isso tudo para dizer o seguinte: primeiro, eu tenho feito de quatro a cinco visitas a asilos por semana. E não estamos em eleição. Nesses asilos eu encontro cegos, como na Acelb lá na Zona Norte, e amputados, lá do Seu Odilon. Visito, por semana, quatro a cinco hospitais de criança com câncer. E convido todos a irem lá onde o Villela é visto quase como um anjo, no Lar Santo Antônio, onde as crianças passam 30 anos, 40 anos

enjaulados num lugar de um metro e meio – estou mentindo, Prefeito? Há um retrato com foto tua lá, onde todos os votos serão teus para sempre. Eu fui lá e saí com os olhos cheios de lágrimas, porque, se alguém tem um coração dentro do peito, não tem como não se sensibilizar com um indivíduo respirando por um negócio a vida toda, com a perna torta, quase sem nenhum dente na boca. E tenho visitado quatro a cinco hospitais de criança com câncer por semana. Tenho ido também em locais de reforma psiquiátrica, porque tive problema com a minha mãe, Prefeito: quando fui fazer vestibular, aos 17 anos, a minha mãe teve uma crise psiquiátrica, que eu tive que assumir dentro da família. Sei bem pelo que passa e como desestrutura uma família isso. Peguei essa causa por isso, Nereu.

Quero dizer que não estou preocupado com um voto nesse momento, talvez nem vá concorrer nas próximas eleições. Até porque, na minha opinião, quem está condicionado eleitoralmente já faz mal o seu serviço, Fernanda, porque já está preocupado com a base e o reduto eleitoral. Aquele que está livre, leve, consegue observar a coisa da melhor forma, porque sabe que pode vir de um assessor uma ideia muito melhor do que da sua cabeça. E não me importa nem um pouco em quem cada um vai votar. Até porque hoje, lamentavelmente, o processo eleitoral, muitas vezes, não reflete a realidade da população. Há muita gente que compra o voto, tem muita gente que se elege porque é famoso, que vai lá e gasta uma grana para se eleger, e há os casos que quebram preconceitos, inclusive por ser famoso, como o Romário, que a gente imaginava uma coisa, mas que tem sido um bom Parlamentar. O que demonstra que nós não temos que ter preconceito contra ninguém diferente da gente. Eu não tenho preconceito se é heterossexual ou homossexual, se é negro, branco ou índio. Eu defendo os hospitais, as clínicas, o que for.

Falo isso para dizer, primeiro, que fico muito chateado com os colegas que vibram e aplaudem para “meter pilha” em conflitos internos aqui na Câmara, quando há divergência de opinião. Eu acho que os Vereadores têm que ter respeito uns pelos outros, e não ficar estimulando como se fosse uma briga de colégio, batendo palmas no final da escola para se “pegar no pau”. Porque isso é um clima ruim, eu gosto de viver num ambiente bom, não importa se na Câmara de Vereadores ou dentro da minha casa. Eu tento criar um clima bom, eu quero que o outro goste de mim. Como é que eu vou cruzar aqui, como muitos se cruzam, de cara fechada, abaixando a cabeça, porque têm vergonha do dia de

ontem? Gente, ser Vereador não é um estado para sempre, termina, logo ali pode terminar, e ficou um conflito gratuito, uma picuinha, uma mediocridade! Nós temos que trazer boas ideias para cá. E aí, Ver.^a Lourdes, eu quero te falar, com todo carinho...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Lourdes Sprenger.)

O SR. RODRIGO MARONI: Vou falar, sim. Eu tenho uma admiração...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Lourdes Sprenger.)

O SR. RODRIGO MARONI: A senhora pode pedir ética porque tudo que a senhora pedir na ética vai ser me ouvir falar bem da senhora, como sempre fiz. Primeiro, a senhora sabe bem que a minha irmã e a minha mãe votaram em ti, e eu pedi o voto para a senhora, porque a senhora defendia a causa animal. Levei o seu panfleto, a senhora sabe. Segundo, Ver.^a Lourdes, a primeira pessoa que eu procurei, aqui dentro da Câmara, para ter como orientadora, foi a senhora, para pedir que a senhora me orientasse com relação à causa animal. E a senhora sabe bem que é verdade. Terceiro, eu fui ao seu gabinete levar o edital porque a senhora tinha colocado no seu perfil que eu não poderia ser protetor inscrito da SEDA. Eu fui simplesmente mostrar – deixo em aberto aqui – que qualquer pessoa pode ser protetor da SEDA. Eu simplesmente levei o edital, porque a senhora colocou no seu perfil que eu não teria condições de ser. E mais, mais, Dona Lourdes, por quem tenho o maior respeito: o seu gabinete é de uma qualificação enorme. É um conjunto de pessoas absolutamente agradáveis. O seu Chefe de Gabinete, o Fernando, é uma pessoa que tem a minha admiração, meu carinho, seria meu Chefe de Gabinete.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. RODRIGO MARONI: Seria, João. Seria. Eu o convidaria para ser meu Chefe de Gabinete, tamanha a qualificação dele. A Bia, sua funcionária, católica, é amiga do meu avô, tem um carinho pelo meu avô, eles vão no jantar dançante da Paróquia Dom Bosco. E eu quero falar uma coisa para a senhora, eu falo sem pilha, gente, de criança: vamos

ser adultos. Eu estou falando a verdade. E, quarto... Ver.^a Lourdes, eu estou gostando de ver que, pelo menos, a senhora está sorrindo de novo. Isso me deixa feliz. Eu quero lhe dizer que a senhora nunca vai ser minha inimiga. Sabe por quê? Porque, por mais que a senhora ache que o tema tenha que ter patrimônio e seja latifúndio de alguém, terreno ou extensão, eu vou ver na senhora alguém para aprender, alguém que ama os animais, da sua maneira, mesmo que talvez queira que seja só seu. Eu gostaria que a senhora, em vez de fazer isso, sentasse comigo ali para tomar um café e dissesse: “Maroni, vamos construir isso e isso para os animais; vamos, todos os finais de semana, fazer doações juntos; vamos fazer castração, porque os cachorros lá da Cruzeiro estão precisando.” Eu quero convidar a senhora aqui, Ver.^a Lourdes, para me ajudar a elaborar um bom Código de Defesa dos Animais e, principalmente, gostaria que a senhora tivesse um coração cheio de alegria para dar, viesse aqui não demonstrando estar irritada ou perdendo o controle, mas com tranquilidade para falar comigo, porque jamais eu vou me negar a ser seu amigo e a aprender com a senhora. Eu quero dizer que, mesmo que a senhora não queira gostar de mim, eu gosto da senhora, verdadeiramente gosto, porque não posso deixar de gostar de alguém que gosta dos animais, e alguém que gosta dos animais sempre é uma pessoa melhor. Assim como eu diria que quem gosta de criança também é uma pessoa melhor e quem gosta de idoso é uma pessoa melhor, Ver.^a Lourdes.

Eu quero dizer que, sim, eu sou um novato; sim, eu estou no jardim ou talvez no maternal aqui na Câmara de Vereadores, mas isso não tira a minha disposição e a minha vontade de tentar construir uma cidade melhor, fazer as coisas com o coração. Tenha a certeza de que tenho muito a aprender com a senhora, eu não tenho vergonha de dizer isso, e o tempo de Câmara de Vereadores, para mim, também não mede. Até vou dizer uma coisa para a senhora: a senhora não vai me ver muitos anos aqui dentro, porque não me disponho a ser Vereador por muitos anos. Eu já digo isso publicamente, Kevin, sabe por quê, querido? Porque acho que a gente tem um tempo de serviço para apresentar coisas, depois falta ideia, e aí a gente começa a ficar amargurado, falta iniciativa – e a disposição de início é muito boa.

Eu quero dizer, para finalizar, a qualquer pessoa de qualquer lugar que esteja me ouvindo: saiba que aqui tem um aprendiz que nunca vai tratar alguém com indiferença, que nunca vai achar que sabe tudo, que nunca vai se deslumbrar com um Parlamento de Vereador e achar que tem autoridade por tempo, como se isto aqui fosse profissão. Eu

não enxergo o Parlamento como profissão e nem por tempo de serviço. Eu não vou me aposentar como Vereador.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. RODRIGO MARONI: Quero dizer o seguinte, Bosco: podem ter certeza de que vocês vão ter, eu sei que cada um aqui vai aprender e tem a aprender sempre com o outro. Eu sou amigo de muitos e quero dar como exemplo o Pujol. Quantas vezes tu vieste, Pujol, me dar toque disso ou daquilo? Porque és uma figura experiente, eu tenho muito respeito por ti, assim como pelo Tarciso, pelo Dinho, que, dentro da simplicidade do primeiro mandato, é uma pessoa disposta a ouvir, a escutar e a dar opinião. Gente, não podemos perder a capacidade jamais de escutar, achando que sabe tudo! No momento em que tu montaste na arrogância, Pujol, seja no Parlamento ou na vida, tu começa a descer enquanto ser humano, começa a perder enquanto ser humano. Tu és uma pessoa que tem talvez o dobro ou quase o triplo da minha idade. O meu avô tem 86 anos, e ele diz para mim: “Rodrigo, eu continuo aprendendo hoje, a gente morre criança”. A gente morre criança nessa vida, Pujol!

E mais do que qualquer coisa eu quero desejar uma coisa, quero desejar, Ver.^a Lourdes, que tu tenhas muita harmonia, tenhas muita energia positiva em torno de ti, muita alegria. E que tu...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Lourdes Sprenger.)

O SR. RODRIGO MARONI: Independente do perfil, porque a gente é diferente, que tu saibas lidar com o diferente com harmonia e com alegria, com respeito sempre e com o carinho, inclusive. Sabe por quê? Porque é no diferente que a gente aprende bastante; talvez seja naquilo que nos irrita que a gente se enxergue; talvez o que a gente fale do outro seja o espelho do que a gente tem dentro; talvez a gente traga para fora o que está dentro de nós. Por isso, quando uma pessoa me xinga, sabe o que penso? Que isso ela tem dentro dela. Quando alguém fala de mim, eu penso que é isso que a pessoa pensa dela mesmo. Por isso eu jamais vou me irritar contigo, vou sempre ter admiração pelo teu trabalho, pela forma com que tu trata o tema e a causa dos cachorros e dos animais em

geral. E sei que tu és uma batalhadora de anos, uma pessoa empenhada que, talvez, inclusive, tenha tudo isso para falar aqui, por conta da demanda e dos anos que tu tens dedicado aos animais. Parabéns, Ver.^a Lourdes, que tu continues com essa causa para sempre. Eu desejo muito que a senhora consiga um dia me dar um sorriso, que a gente volte a ser amigo, que é o que eu mais quero neste momento.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

(16h46min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o Requerimento nº 012/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 8 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação a Indicação nº 013/14. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; fiz questão de discutir essa indicação até para mostrar a dificuldade. Hoje eu não teria condições de pegar um ônibus adaptado, porque sofri uma distensão na minha mão, estou com tala, portanto, dependo de ajuda, preciso que alguém empurre a minha cadeira de rodas. Nós apresentamos um projeto de lei em 2013, e esta Casa aprovou, instituindo, no Município de Porto Alegre, o serviço Atende de Porta a Porta, para oferecer transporte às pessoas com deficiência física com alto grau de comprometimento, que não conseguem utilizar o sistema convencional, que são os nossos ônibus adaptados. Falo, especialmente, dos tetraplégicos. Esta Casa aprovou o projeto, e o Sr. Prefeito vetou a nossa proposição com a promessa de que enviaria a esta Casa um projeto para atender a essa necessidade. Ver. Nereu D'Avila, 2014 já passou! Criaram um grupo de trabalho, disseram, inclusive, que o Secretário Carlos Casartelli deu um parecer contrário à instituição desse projeto. Vejam os senhores, nós não estamos inventando a roda! Em

outros municípios, já existe esse sistema de transporte. A Constituição de 1988 foi muito sábia e garantiu a todos os cidadãos o direito de ir e vir. Nós temos uma parcela da população de Porto Alegre que não tem esse direito de ir e vir garantido. Então, nós propusemos, e esta Casa aceitou. O Gil pode concordar ou discordar que houve essa proposição de que o Executivo mandaria esse projeto para esta Casa. Até agora não veio. Nós estamos apresentando, Sr. Presidente, essa indicação para lembrar o Executivo de que existe uma parcela significativa da população de Porto Alegre que não está com o seu direito de ir e vir garantido, que são as pessoas com deficiências físicas de alto comprometimento e que não conseguem pegar os ônibus convencionais. Estamos no aguardo também do nosso táxi especial, esta Casa aprovou o projeto e o Executivo ainda não apresentou licitação. Então, estamos cobrando. Estamos fazendo a nossa parte, estamos atentos, dispostos a trazer essas dificuldades que a população enfrenta no seu dia a dia. E eu estou pedindo a esta Casa, mais uma vez – sempre que foi questionada, ela deu a sua resposta imediata – aprove essa indicação para lembrar ao Executivo que ele está em dívida não com o Ver. Paulo Brum, mas está em dívida com milhares de pessoas que necessitam do transporte que atende porta a porta no Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero parabenizar a iniciativa do Ver. Paulo Brum. É inadmissível que as cidades não sejam acessíveis, Ver.^a Séfora, que também defende com bastante garra na sua Frente Parlamentar a luta por acessibilidade no nosso Município. É inadmissível o que vemos hoje em dia! Primeiro, que até 2017, todas as linhas de ônibus deveriam ser acessíveis às pessoas com alguma necessidade especial. Infelizmente, nós temos menos de 30% da frota, que, em 2015, corresponde à aplicação de uma lógica em que todos os ônibus estejam adaptados para comportar e, sobretudo, incluir as pessoas com alguma necessidade especial. Segundo, a questão da regulamentação dos táxis adaptados, que eu ouvi atentamente o Ver. Paulo Brum falando. São preocupações que devem estar na agenda do Município de Porto Alegre.

Infelizmente, nós sabemos que, na hora de contingenciar recursos para execução de programas, muitas vezes é lá da Secretaria de Acessibilidade que essas verbas são contingenciadas. E nós não podemos aceitar essa lógica, porque cerca de 20% da população apresenta alguma necessidade especial, seja ela locomotora, como é questão do transporte, seja ela visual. E é absolutamente inadmissível que não se pensem em cidades que incluam.

Eu estava pensando agora: nós estamos atualizando o mapa de segurança pública na Comissão de Direitos Humanos, que tenho a honra de estar presidindo neste ano de 2015, com vários Vereadores e Vereadoras desta Câmara, e uma das coisas que ainda não aparece no nosso mapa é a questão da acessibilidade. Nós precisamos questionar os órgãos públicos quais deles são acessíveis, que tipo de *softwares* há para garantir acessibilidade, a própria questão das rampas, da construção de espaços que incluam os 20% da população.

Quero registrar aqui o nosso apoio à indicação, nós votaremos favoráveis. Mas mais que isso, ao mesmo tempo em que apoiamos essa moção, também fazemos uma denúncia da situação do transporte em Porto Alegre, em que agora mais uma vez o povo foi tolhido de direitos: o Governo Municipal entrou na Justiça contra o ar-condicionado nos ônibus, projeto meritório do Ver. Paulinho Motorista. Isso é inadmissível! Buscou a Justiça para garantir que o povo não tenha direito ao ar-condicionado! O que vai acontecer quando chegar em 2017 e seguir nesse percentual mínimo de ônibus que são acessíveis às pessoas com algum tipo de necessidades especiais? Vão entrar na Justiça para não cumprir a legislação federal? Terceira licitação! E as empresas de ônibus, num conluio organizado para que não haja interessados na licitação, organizando um boicote descarado, e a Prefeitura, em vez de usar a sua caneta para não dar aumento e cobrar desses empresários as dívidas milionárias que têm com o povo da Cidade, não; faz uma licitação com as melhores linhas e agora abre o filão para os empresários. Pois esta questão da acessibilidade deveria estar no edital, os 100% da frota acessível, a questão do ar-condicionado, projeto de lei muito importante do Ver. Paulinho Motorista, e esta Câmara derrubou o veto do Executivo, mostrando a preocupação com o conforto da população – todos sabem que o verão, a cada ano, está mais quente, não é nenhuma novidade. Então, ar-condicionado é o mínimo para um transporte caro e de qualidade duvidosa.

E fico muito preocupada com a questão da acessibilidade também, pois é um dos temas, Ver. Casartelli, em que, na auditoria do Tribunal de Contas, feita em 2013 analisando os anos de 2011 a 2013, constatou-se que a ínfima minoria dos ônibus está adaptada. Então, essa indicação do Ver. Paulinho Motorista para que haja um programa municipal de transporte assistencial acessível também se insere nessa discussão da péssima qualidade dos transportes oferecidos à população, ao massacre dos trabalhadores rodoviários e aos lucros exorbitantes desses empresários do transporte coletivo, que controlam, há 60 anos, os ônibus de Porto Alegre sem licitação. Nós defendemos o transporte público e defendemos a ampliação da Carris.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Paulo Brum, esta é uma indicação à Prefeitura e, de fato, o transporte acessível, o transporte voltado à pessoa com deficiência tem sido conquistado na Justiça. Algumas situações que hoje existem são porque a pessoa vai à Justiça, porque ela ou está sendo impedida de chegar à escola, ou de chegar ao atendimento de saúde do qual depende sua vida. E eu quero aqui dizer que é importante que nós, como Câmara, digamos à Prefeitura que tenha uma política para o transporte das pessoas com deficiência, e isso está no contexto do grande esforço de acessibilidade de garantia dos direitos dos educadores, por exemplo, na cidade de Porto Alegre, não só os municipais, mas também os estaduais e as entidades da sociedade civil que trabalham com isso. Na sexta-feira à noite, aqui neste plenário, e no sábado de manhã, no nosso eixo da educação básica, foram dois turnos dedicados à educação especial, Ver. Paulo Brum, e houve um debate riquíssimo, um debate muito forte, muito qualificado desses educadores, dessas entidades fortalecendo todos os mecanismos, os espaços pedagógicos que nós já construímos na nossa Rede – estabelecendo Rede Própria Municipal –, mas também estabelecendo para a Estadual, seja de turmas menores quando acolhem crianças com deficiência, seja de limite de crianças incluídas ou razoabilidade para que elas sejam bem atendidas, disponibilidade de salas ao atendimento especializado de profissionais da

educação em todas as escolas, seja o aporte de tecnologias assistivas para os alunos e alunas que precisam disso para poder ter sucesso escolar, seja, Vereadores, a continuidade no Ensino Médio, que hoje é um grande desafio, mas, para a nossa alegria, uma demanda real. Os nossos alunos e alunas com deficiência estão tendo sucesso no Ensino Fundamental, alguns com certificação diferenciada, no caso dos alunos com Síndrome de Down, no caso de pessoa com deficiência mental. Os nossos alunos com deficiência física começam a se formar, começam a exigir Ensino Médio acessível, currículo adaptado, condições de acesso físico e também acesso ao currículo. Muitas e muitas diretrizes, foi do 233 ao 328, só na Educação Especial, desde a estimulação precoce dos bebês até o Ensino Médio, o Ensino Técnico, adaptável e acessível à população com deficiência. A reafirmação da escola bilíngue, onde a primeira língua é a Língua dos Sinais, a reafirmação dessa escola que existe em Porto Alegre, do direito à alfabetização como primeira língua é também algo que é diferenciado na nossa rede, é uma luta muito importante dos surdos e que aqui, neste plenário, foi referendada.

Nós temos uma expectativa, assim como esse tema do transporte é uma questão bastante delicada, porque as famílias mais carentes têm um custo muito alto para conseguir chegar nos poucos equipamentos, sejam de educação, de saúde, de Assistência Social, que existem para pessoa com deficiência, assim nós esperamos que o Plano Municipal de Educação venha para esta Casa, pós- conferência, que continua nesta quinta-feira à tarde, que segue no mês de abril, de tão longos e largos que estão os debates, respeitando o conjunto dos debates que a sociedade tem feito. Diferente do plano de cultura, que veio para cá muito diferente do que a Cultura definiu na sua conferência.

Então, eu aproveitei a sua indicação, Ver. Paulo Brum, para dizer que muita coisa importante e consistente vem da Educação Especial no Plano Municipal de Educação. E espero que esta Casa receba na consistência do que foi discutido e que possa respeitar e com muita agilidade aprovar o novo Plano Municipal de Educação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acompanho o trabalho do nosso colega Ver. Paulo Brum, desde 2012, sempre preocupado com a causa da acessibilidade. Também me sinto muito à vontade de falar porque eu e o Brum, na época da nossa juventude, trabalhamos no mesmo edifício, na mesma área, quando nós éramos bem jovens. Conheço o Ver. Paulo Brum há muitos anos, e essa fidelidade à causa é gratificante de ver, porque eu também convivo com pessoas que necessitam desse apoio. E como é difícil para os que têm esse problema de saúde, a acessibilidade e o transporte, se não têm um táxi, se não têm uma forma de chamar uma ambulância para ir a um tratamento.

Nós sabemos o que os pais passam, porque eu convivo com pessoas que têm esse problema; muitas vezes, o pai e a mãe não podem nem trabalhar, porque um tem de ficar se dedicando, quando é o caso, como eu entendi, que é a sua proposta. E que isso seja sempre lembrado, porque, se é numa camada da sociedade que tem um poder aquisitivo melhor, as dificuldades são minimizadas, mas sabemos que, na periferia, também há muitos desses problemas, assim como uma pessoa de classe média também passa o seu trabalho, pois, no momento em que se precisa de um atendimento, quando não se tem um bom convênio, é tudo muito dispendioso.

Sobre essa sua propostas já vieram outras. Que bom saber que nós temos um Parlamentar aqui que se dedica à causa, que conhece a causa, que conhece as dificuldades. Eu tive o privilégio de conhecê-lo ainda nos nossos vinte e poucos anos, não é, Ver. Paulo Brum? Eu quero apoiar a sua indicação, já que o seu projeto não passou, mas espero que venham muitas outras para facilitar a vida daqueles pais que têm seus filhos portadores de necessidades especiais, dependendo um pouco do Poder Público, porque um transporte desses, com um determinado cadastramento, é possível operacionalizar. Não são tantos e não são todos que necessitarão, mas é muito bom pensarmos nos que tiveram problemas no nascimento ou devido a acidentes. Ninguém está livre de ter um membro da família com esses problemas.

Cumprimento o Vereador mais uma vez. Embora tenhamos tido divergências em alguns projetos, este tem todo o meu apoio. Parabéns, Vereador.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nas galerias e pela TVCâmara, senhores e senhoras; dirijo-me especialmente ao Ver. Paulo Brum, cumprimentando-o por esta iniciativa e reiterando que tenho certeza do tamanho do nosso compromisso com a questão da acessibilidade em Porto Alegre e do compromisso do nosso Governo. Inclusive, remeto este compromisso ao início do Governo, ao Prefeito Fogaça, que, num gesto de priorização das políticas públicas para as pessoas portadoras de deficiência, foi lá e criou a Secretaria Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social em Porto Alegre. Eu acho que um gesto de maior compromisso com a causa pública e com a priorização das políticas públicas para a construção de alternativas possíveis e concretas, num avanço significativo de direitos das pessoas portadoras, é e foi esta ferramenta.

Nada mais justo do que, na tarde de hoje, nós estarmos discutindo, priorizando e aprovando a iniciativa de V. Exa., Vereador, porque, realmente, muito se avançou: hoje caminhamos em Porto Alegre; temos as calçadas com orientações para os cegos, e já está em implementação as sinaleiras com os zuniados para os cegos saberem o tempo para atravessarem a rua; temos várias ações nos cantos e nos encontros de esquinas, nos rebaixos de calçadas, mas ainda muito precisa ser feito. Como V. Exa. falou aqui, as questões que envolvem táxi, táxi-lotação, transporte coletivo, ônibus precisam ser aperfeiçoadas. Nós precisamos avançar. Realmente, temos poucas alternativas. Falo isso também um pouco com conhecimento de causa, Vereador, porque, casualmente, meu avô teve um AVC e muitas vezes ele precisa utilizar o serviço daquela kombi do transporte coletivo de táxi em Porto Alegre, que é muito restrito, há poucas alternativas e, geralmente quando a gente chama, está em serviço, está ocupada.

Com relação à própria questão do táxi-lotação, acho que temos que fazer um aperfeiçoamento. E, nesse sentido, quero me manifestar hoje no entendimento pela aprovação da indicação. Quero dizer que realmente estamos sensibilizados com essa causa, precisamos ver de que maneira podemos dar a nossa contribuição também em outros campos.

Eu lembro que, quando eu estava ainda na Secretaria do Planejamento, nós tínhamos uma dificuldade com aquelas áreas dos surdos, na descida da Rua Prof. Cristiano Fischer, tinha uma área da floricultura Blumenstraus e não se conseguia um entendimento de fracionamento, em função do regramento legal, taxa de ocupação, afastamentos, enfim. Naquela época ainda, quem me auxiliou foi o Cassiá Carpes, e não havia alternativa, dentro da legislação, que oportunizasse a um técnico autorizar o fracionamento que eles queriam fazer. Era importante, era uma renda, não tinha como fazer o fracionamento porque eles têm uma escritura de um todo maior. O que nós fizemos ali? Levamos ao conhecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que se reúne todas as terças-feiras, ordinariamente, na Secretaria de Urbanismo hoje, mas do Planejamento à época, fizemos um projeto de lei do Executivo e ali construímos uma solução: fizemos o fracionamento dentro de um espírito de construção de uma alternativa para auferir renda lá para a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul. Quando há vontade política, tudo é possível. E os avanços só acontecem, infelizmente, com pressão. Às vezes, é como o feijão na panela de pressão: tem que pressionar para amolecer. E onde é que dói a ferida? A gente tem que apertar onde dói a ferida, senão a coisa não avança.

Então, V. Exa. está de parabéns. Penso que temos que avançar. Que bom que V. Exa. traz aqui para que possamos pautar essa questão da priorização do transporte para as pessoas que precisam de acessibilidade no transporte, e nós estaremos com o senhor para a aprovação dessa iniciativa. Meus cumprimentos, e fica aqui o registro das nossas considerações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; apenas quero reforçar aqui que eu sou plenamente favorável à indicação do colega Ver. Paulo Brum. Realmente é necessário esse serviço em Porto Alegre, aqui está se falando mais especificamente do transporte social acessível para pessoas com deficiência física. Jamais eu poderia ser contra esse tipo de projeto.

Obviamente, eu seria contra um projeto de lei do Legislativo para o Executivo, porque esse projeto, se fosse do Legislativo, levaria despesa para o Executivo, e isso tem uma questão de legalidade, de inconstitucionalidade.

Quanto a ter esse tipo de transporte em Porto Alegre, sou totalmente favorável, tanto que a Secretaria Municipal de Saúde sempre fez, durante o período em que eu estive na gestão, esse tipo de transporte. Ver.^a Lourdes – não sei se ela ainda está presente –, não são tão poucos assim, claro que aqui estou incluindo as pessoas com e sem deficiência física. Nós fazemos mais de 50 transportes por dia, em Porto Alegre, de pessoas que necessitam ser levadas até um serviço de saúde e não têm condições de se deslocar por si só ou através apenas do transporte custeado pela família. Então, nós já fazemos isso, e sou completamente favorável a que esse tipo de transporte seja discutido para poder ser ampliado. Durante os cinco anos em que estive na Secretaria de Saúde, tivemos várias discussões com o próprio Ministério Público, sempre ampliando esse tipo de transporte. E aí, se alguém disse que eu, como Secretário da Saúde, era contra esse projeto, certamente faltou com a verdade. Posso ter sido contra a forma como esse transporte seria custeado, por exemplo, a Secretaria Municipal da Saúde tem um *déficit* no Fundo Municipal de Saúde, que é histórico e mensal.

Agora mesmo, Srs. Vereadores, é notícia em toda a Cidade que estão faltando materiais para a compra e fornecimento para pacientes portadores de diabetes, os pacientes que têm a doença diabetes melito. Estão faltando lancetas, fitas para ver a glicemia, o equipamento que se mede a glicose e que é doado gratuitamente para as pessoas. Isso está acontecendo porque a Secretaria da Saúde tem um limite, tem um orçamento, as compras não são feitas pela Secretaria da Saúde, o gasto é autorizado pela Fazenda, e temos dificuldade em oferecer tudo aquilo que é necessário.

Eu já tinha apontado isso, meus *twitters* ficaram famosos por terem apontado essa falta de verba e a morosidade da Fazenda em fazer com que as ações da Secretaria da Saúde se transformem em realidade, pois são necessárias para a população de Porto Alegre. Nós atendemos pessoas, compramos medicamentos, não compramos tijolos, não compramos asfalto. Nada contra os tijolos e asfaltos, que são importantes para a pavimentação de ruas, para a construção de casas na habitação, mas medicamentos, pelo menos para mim, têm valor muito mais importante.

Esse tipo de transporte que o senhor indica para ser feito um projeto pelo Executivo tem todo o meu apoio. Quero reforçar que vou votar a favor da indicação, acho que o Executivo tem que fazer esse projeto. Eu posso ter sido contra algum tipo de financiamento, como, por exemplo, querer obrigatoriamente jogar esse financiamento para o Fundo Municipal de Saúde, que já não tem recursos e onde faltam recursos, mas sou completamente favorável à indicação, e o Executivo tem que achar uma solução para o financiamento desse tipo de transporte.

Era isso. Só para dizer que vou votar com o Vereador, e espero que os colegas votem, unanimemente, pela aprovação da indicação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Indicação nº 013/14.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, antes de mais nada, eu quero me desincumbir de uma tarefa que o Ver. Márcio Bins Ely me pede: que eu promova uma correção, porque ele equivocadamente afirmou, durante a sua manifestação, que a solução para a área dos surdos-mudos fora articulada em conjunto com o Ver. Cassiá. Ele promoveu um equívoco; foi com o Ver. Pancinha, que teria contribuído de forma objetiva para a equação desse processo.

Segundo, a minha vinda à tribuna tem um sentido especial. Primeiro, eu quero saudar o trabalho do Ver. Paulo Brum; segundo, a forma inteligente como ele desenvolve esse trabalho, até, Ver. Bernardino Vendruscolo, se valendo desse instrumento que foi revitalizado na Casa pela cruzada que V. Exa. desenvolveu, que é a indicação, pela qual pode a Casa expressar sua vontade política sem que com isso fira dispositivos legais e dispositivos constitucionais. É muito verdade que nós, na ânsia de simplificar, simplificamos em demasia. Parece-me, Ver. Bernardino, que tem que complementar a sua tarefa e dizer que esses projetos de lei indicativos terão que ter um mínimo de audiência nas Comissões para depois chegarem aqui para serem votados. Não simplificando em demasia, não deixando tão isolada assim a vontade política da Câmara, que será ou não aproveitada pelo Executivo. Aqui, no caso concreto, a Exposição de Motivos, a justificativa feita pelo Ver. Paulo Brum poderia até dispensar essa colocação,

pág. 55

porque ele apresenta, inclusive, aqui, de um lado o suporte jurídico, o suporte legal para sua proposta ao mencionar a disposição constitucional, especialmente da Carta Magna do Estado, que lhe dá cobertura na proposta. Em segundo plano, porque usa uma ferramenta muito especial na prática jurídica: não se preocupar tanto com a lei, mas ir buscar o precedente, mostrando que, se em outros lugares do País foi possível se encontrar uma solução, nós não devemos deixar de pugnar, de batalhar, de providenciar uma solução assemelhada, igual, ou, por que não, copiada do que já foi feito em outros lugares deste País. Então, Ver. Paulo Brum, eu o cumprimento fortemente por essa forma inteligente com que V. Exa. encaminha suas propostas. Muitas vezes, a gente vem aqui e acaba votando o que, aparentemente, é uma contradição nossa, porque são situações agradáveis, justas, mas que não têm base jurídica, que não são feitas pelo instrumento próprio, quando a gente gostaria de aplaudir a proposta se ela fosse devidamente encaminhada. É o caso concreto da sua proposição, projeto indicativo que vai ao Prefeito sugerindo providências, dando caminho, abrindo espaços, convocando-o a aderir, com a vontade política que a Casa vai expressar, porque eu acredito que sua proposta será aprovada por unanimidade. Por conseguinte, a unanimidade da vontade da Casa do Povo é no sentido do aproveitamento da sua proposição. Isso, certamente, irá sensibilizar o Chefe do Poder Executivo, que haverá de encontrar, junto com os seus técnicos e assessores, o bom caminho para a solução desse problema. Nós sabemos, meu caro Ver. Nereu, que os municípios, Ver. Márcio Bins Ely, hoje, estão todos na penúria, e que cada vez mais, nós transferimos para o Executivo a responsabilidade que caberia a outros níveis da população e do Governo, da estrutura do Estado e da União - especialmente esta, que detém a maior parte dos recursos arrecadados neste País. Mas se ao Município cabe mais um encargo, queira Deus que a sensibilidade e a competência do Prefeito Fortunati possa aquilatar devidamente na proposta do Ver. Paulo Brum, com ela se solidarizar e pôr em prática. É o meu desejo e a minha posição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Indicação nº 013/14. (Pausa.) Os Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 024/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 024/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em votação o Requerimento nº 036/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 036/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero aproveitar, Ver. Delegado Cleiton, para fortalecer V. Exa., que requer a nossa solidariedade aos policiais civis do Estado do Rio Grande do Sul, pela mobilização por alterações legislativas para controle da criminalidade e em protesto à morte de policiais vítimas de violência. De fato, nós temos situações dramáticas acontecendo, a segurança é um tema que desafia o Brasil em grande monta. O nosso País é um país cuja construção teve largos períodos de violência, de instalação de profunda desigualdade, de marginalização. Como resultado disso, nós temos um país que, longe de ser um país da alegria, da convivência apenas, da cordialidade, é extremamente violento. Não é, é bem verdade, diferente do mundo, porque, quando discutíamos a redução da maioria penal, nós trazíamos aqui dados que são assustadores, por exemplo: os Estados Unidos, que são considerados, supostamente, a maior democracia, têm a maior população carcerária do mundo; o Brasil é o quarto país com a maior população carcerária do mundo.

Eu quero aqui fazer uma sugestão: que todos possam assistir ao filme O Sal da Terra, do maior fotógrafo, na minha opinião, vivo do mundo, Sebastião Salgado, que é um brasileiro de quem temos que nos orgulhar. O filme é um documentário sobre a sua vida e sua obra, está ainda nos cinemas e vale a pena ver. Ele mostra o quão violenta é a humanidade em pelo menos duas de suas grandes séries, a série Êxodos e uma série sobre a África, não

lembro se tem um nome específico. É dramática a situação que ele apresenta em fotografias, situações que ele viveu em países como a Etiópia, países africanos, onde a violência, a miséria e a fome dizimaram e ainda dizimam milhões de pessoas.

E o Brasil não é diferente disso na questão da violência, e violência contra policiais. Ontem houve uma chacina em Cidreira, a minha prainha de Cidreira – e aqui quero aproveitar para ser solidária com as famílias, com os moradores de Cidreira –, uma chacina de seis pessoas jovens, três menores de idade, que teve como tema a droga e o pouco enfrentamento que nós temos da discussão da criminalização ou não do usuário, do traficante. Acho que esse debate o Brasil ainda deve às vidas dos nossos jovens.

Eu quero dizer, Ver. Delegado Cleiton, o senhor é Delegado, é de uma categoria que está acampada na frente do Palácio Piratini, com barracas, lá estão os brigadianos, lá estão os Delegados...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, passei hoje de manhã, e lá estão, sim, Vereador. No ano passado, eles não estavam acampados, porque 661 Delegados já estavam prontos para serem nomeados. E eu mostro aqui, Vereadores que questionam, o jornal do Sinpol, Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Ao contrário de estar acampados na frente do Palácio, eles têm um jornal dizendo que 2014 foi um ano de vitórias para a categoria. Foram vitórias da categoria dos policiais civis no ano de 2014, vitórias importantes, que lamentavelmente, hoje, não estão sendo concretizadas. Aqui eles diziam da “autorização para o aproveitamento dos 661 candidatos aprovados do Movimento Acadepol Para Todos Já que se encontram em situação de cadastro reserva poderão recompor efetivo da instituição”. Essas 661 nomeações estão sendo requeridas pelos policiais civis. E, agora, há um projeto de lei novo do Sartori que possivelmente termine com as delegacias especializadas, o que poderá ser um retrocesso.

Eu concludo, Sr. Presidente, dizendo que não é aqui uma exploração político-partidária, de jeito nenhum. A nossa solidariedade aos que foram mortos é a luta por mais efetivo, pela efetivação dos 661 que aguardam – delegados, servidores da Polícia Civil acampados lutando para isso –, dos 2 mil brigadianos. Hoje eu ouvia, no Atualidade, a tentativa de dar uma explicação sobre a violência no bairro Petrópolis, a ausência de policiamento. Não há

condições. Nós sabemos que não é a nomeação dos 2 mil brigadianos e dos 661 delegados que vai terminar com a violência. Agora, ao não os nomear, é certo que haverá muito mais crimes impunes e que nós teremos muito menos efetivo fazendo a prevenção. Então, a minha solidariedade é à luta para que a segurança, de fato, seja priorizada nessas nomeações.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de nº 036/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Nereu D'Avila (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação na seguinte ordem: PLE nº 036/13, PR nº 040/14, PR nº 036/14, por solicitação deste Vereador; PR nº 027/14, por solicitação do Ver. Bernardino Vendruscolo; PR nº 035/14, por solicitação da Ver.^a Fernanda Melchionna; PLL nº 392/13, por solicitação do Ver. Cláudio Janta; PLL nº 282/13, por solicitação da Ver.^a Séfora Gomes Mota. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Nereu D'Avila. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 036/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO por unanimidade.

Em discussão o PR nº 040/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO por unanimidade.

Em discussão o PR nº 036/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PR nº 027/14. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Eu não quero discutir, Sr. Presidente, quero dar a minha mais ampla solidariedade ao projeto, excelente. A homenageada merece.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO por unanimidade.

Em discussão o PR nº 035/14. (Pausa.)

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, eu quero declarar o voto antecipadamente. Eu voto a favor, porque acho que a responsabilidade de quem propõe é que justifica os méritos da pessoa. Politicamente, eu divirjo desse cidadão, mas o mérito está na proposta da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Por gentileza, eu gostaria que fosse colocado o vídeo. (Pausa.) Ver. Pujol, eu vou na mesma linha, mas é sempre bom demarcar algumas coisas. Acho que é importante, é um Deputado Federal do nosso País... Na realidade, é importante salientar algumas colocações que o Deputado faz; e eu até falei para a Ver.^a Fernanda que me surpreenderam. Primeiro, eu vejo sempre as manifestações do PSOL em relação a salários aqui nesta Casa.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PROFESSOR GARCIA: Obrigado. É que esta Casa tem o dever de discutir; acho que o prêmio a Vereadora propõe e entrega para quem quiser. Mas eu acho importante, porque a Bancada do PSOL é muito crítica principalmente à questão salarial aqui nesta Casa. A gente vê as posições, e me surpreendeu! Eu não sei se essa é a posição do PSOL. Mudou? Os partidos mudam! Eu lembro que o Ver. Isaac Ainhorn dizia que as pessoas mudam, só não muda quem não tem mais ideias. Então, eu não sei se mudou ou

se não mudou a posição. E a questão de 15 mil, de uma maneira geral... Embora eu saiba que 15 mil talvez um professor universitário ganhasse. Mas tem a questão da vida franciscana.

Eu faço esse contraponto porque acho importante para que, nesta Casa, não se diga que tudo passa e não se discute. Então, eu queria deixar este registro, Ver.^a Fernanda Melchionna. Quero dizer que não tenho nada contra a causa que ele defende, a causa de LGBT, sou totalmente favorável; ele é um defensor da causa, mas tem que ter cuidado com as palavras, porque é uma pessoa que representa, hoje, o Rio de Janeiro e está lá representando o nosso País quando vota nas grandes decisões. Só queria fazer este registro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Quero esclarecer a atenção dos colegas Vereadores que permitiram que eu antecipasse a moção e, ao mesmo tempo, esperam a nossa manifestação. A Bancada do PSOL votou contra o aumento dos salários dos deputados federais. Nós temos uma posição nacional, Ver. Professor Garcia. Muito embora o deputado tenha dado essa entrevista comparando com a sua carreira como professor universitário, a posição política do PSOL foi contra o aumento dos salários dos deputados federais, e aqui na Assembleia o nosso Deputado Estadual Pedro Ruas tem devolvido, todos os meses, recursos para entidades assistenciais, Ver.^a Séfora Mota. Apenas esse registro.

Em segundo lugar, o nosso Deputado Federal Jean Wyllys, assim como toda a bancada federal do partido, está na linha de frente do apoio à luta dos professores, no Rio de Janeiro, que protagonizaram uma greve, no ano passado, por aumento salarial, porque nós sabemos que os professores ganham muito pouco no Brasil. Eu quero só deixar esse registro.

Ao mesmo tempo dizer que nós estamos propondo essa homenagem pela frente parlamentar mista, pela cidadania LGBT, que ele defende no Congresso Nacional, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pelo projeto de comissão de legislação

participativa, comissão de educação e cultura, pela frente parlamentar de cultura, pela subcomissão permanente de assuntos federativos, pela frente de liberdade de expressão, em defesa da igualdade racial, do parlamento jovem brasileiro, porque o Jean tem feito a diferença nas bandeiras democráticas, na luta contra o racismo, Ver. Delegado Cleiton, na luta pela liberdade de orientação sexual, que nós tantas vezes discutimos nesta Casa, pelo direito que os homossexuais têm de exercer o direito humano mais fundamental, que é o direito de amar. O Jean tem sido uma das grandes diferenças no Congresso Nacional em relação a essas bandeiras, o primeiro parlamentar homossexual assumido que tem levado a diante as bandeiras de defesa da diversidade sexual, diante, infelizmente, da intolerância que ainda existe na sociedade. Todos nós vimos o caso do Lucas, que falou para o jovem irmão de oito anos que era *gay*, e como foi bonita a resposta do irmão, uma criança que reconheceu, naquela cena, o que era o amor. Muitas vezes nós temos que dizer o básico diante da intolerância.

É por isso que nós estamos propondo uma comenda, uma homenagem democrática para alguém que tem feito uma diferença nas lutas em defesa da liberdade de orientação sexual, nas lutas em relação à frente da cidadania, nas lutas em defesa da participação política através dessa Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, dessa Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação e Liberdade de Expressão, e a questão do projeto A Câmara quer te ouvir. O Jean já foi homenageado pela Câmara do Rio de Janeiro, já foi homenageado por vários parlamentos, já foi homenageado pelo Poder Judiciário, Ver.^a Sefora, e nós, portanto, estamos propondo que também o seja pela Câmara de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Presidente, eu sei que está no papel do direito do Ver. Professor Garcia e de partidos que são muito criticados pelo PSOL colocarem aqui as contradições, mas eu quero fazer uma observação, Ver.^a Fernanda, que eu considero muito importante. Esse é um programa que fez corte e recorte para debochar do Deputado. E nós sabemos o que esse programa, o que a mídia faz com parlamentares.

Os políticos, é verdade, aprontam demais, e muitos dão razão para a sociedade criticar. Agora, esse tipo de programa onde o cara diz “ah, mas o professor trabalha, o político não trabalha”, temos que repudiar, porque joga na ojeriza a política, joga no atraso, joga para o cidadão desrespeitar qualquer político. Então, eu quero, primeiro, fazer essa ressalva. Segundo, claro que há contradição na fala do Deputado, porque nós sabemos o que é a maioria dos salários do País, são salários baixos a maioria dos salários dos professores, e os deputados federais deveriam ser os primeiros, de forma geral, a dar exemplo, e não reajustar o salário como têm reajustado. Porém, as castas que se formaram no Brasil, no Judiciário, que se formaram no Ministério Público são escandalosas! E não dá para nós levarmos de barato que quem é mais criticado, mais enxovalhado são somente os parlamentares nesse tema. Acho que o Brasil ainda precisa construir um espectro salarial muito mais horizontal que está aí hoje. É uma vergonha que um Juiz Federal, só em diárias, em um mês, receba R\$ 30 mil, que a sua diária seja em torno de mil reais – e foi reajustada – diante de um País empobrecido, que, com muito custo, consegue ir aumentando o salário mínimo acima da inflação. De outro lado, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, o meu orgulho e a minha admiração pelo papel que cumpre, pelos mandatos parlamentares do Deputado Jean Wyllys, pela coragem com que trata os temas – todos os temas –, pela sua ousadia, pela sua juventude. Ele é um exemplo para este País. Nós, do PT, vamos votar a favor, sim, da homenagem ao Deputado Jean Wyllys.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Carlos Casartelli está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

O SR. CARLOS CASARTELLI: Sr. Presidente, demais Vereadores, pessoal das galerias, servidores da Casa, na verdade, eu me inscrevi para falar porque – e acho que todo mundo entende – chega este momento da plenária onde a gente já está com um certo cansaço e não consegue prestar atenção em tudo, principalmente quando se tem *déficit* de atenção – eu não tomei da minha Ritalina hoje porque eu nunca tomo. Mas falando com a seriedade que acho que merece a proposta da Ver.^a Fernanda, nós temos que avaliar o seguinte: eu escutei uma palavra que é contradição. Bom, eu duvido que tenha um de nós, Vereadores ou Vereadoras desta Casa, que não tenha algum tipo de

contradição na sua vida. Então isso não pode ser o motivo para não se fazer essa comenda que está sendo proposta para o Jean Wyllys. Então eu quero apenas salientar que voto favoravelmente à concessão dessa comenda. Eu acho que ele é um deputado que faz grandes defesas, defesas controversas, defesas difíceis e que são importantes para muitos de nós brasileiros.

Então, eu voto a favor, e não apenas pela questão da minha sexualidade, mas porque realmente, independente disso, acho que o Deputado merece, sim, essa homenagem de Porto Alegre. Parabéns, Vereadora, por sua ideia, pela sua brilhante indicação.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

O SR. DR. THIAGO: Presidente, eu acho que a Ver.^a Fernanda nos oportuniza algumas abordagens que julgo importantes aqui. A primeira coisa que quero refutar é que, dentre as capitais, temos o quinto lugar em arrecadação, Ver. Mauro Pinheiro, o quinto lugar em orçamento e o quarto lugar em termos do que os Vereadores recebem. É importante que o público que nos assiste e nos vê pela TV Câmara saiba disso: nós ganhamos a metade do que ganha um motorista da Assembléia. O salário líquido do Vereador da Capital de Porto Alegre é metade do de um motorista da Assembléia, amplamente divulgado semana passada pelas redes sociais e pela imprensa do Estado do Rio Grande do Sul. Então, nós precisamos fazer uma profunda reflexão sobre isso, até, Ver. Idenir Cecchim, para poder oportunizar a que o Parlamento se qualifique cada vez mais. Como a Polícia Federal se qualificou ao longo dos anos? Uma das coisas era com uma boa remuneração para os oficiais. Acabou afastando, inclusive, pessoas que não tinham uma boa conduta, também, a partir desse tipo de seleção. É importante que a Câmara faça essa reflexão; acho que temos de fazê-la nos próximos momentos.

A segunda questão é indiretamente contra... Eu diverjo bastante do Deputado Jean Wyllys de Matos Santos; peço aqui à Bancada do PSOL que faça essa interlocução. Nós temos de pensar bastante no projeto que o Deputado tem na Câmara dos Deputados que se refere à malfadada violência obstétrica. A violência obstétrica, segundo o Deputado, seria praticada por médico no acompanhamento do trabalho de parto. Medidas consagradas

que evitam sequela neurológica para o feto e que, sem dúvida nenhuma, viabilizam a vida da mãe, salvam a vida da mãe são colocadas pelo Deputado no seu projeto como violência obstétrica: episiotomia, uso do fórceps, ocitocina, cesariana.

O Hospital Moinhos de Vento fez um seminário na semana passada – vocês sabem que lá o índice de cesárea, Vereador Pablo, é de quase 90% –, no qual foi mostrado um apanhado do número de sequelas neurológicas e do número de mortalidade materna nesses últimos anos, num universo de 150 mil mulheres, todas desses últimos anos. E o resultado foi o seguinte: tivemos dois óbitos maternos. Então, que procedimento tão agressivo é este que diminui a mortalidade materna? E não podemos, de forma alguma, tirar o protagonismo e o direito de escolha da mulher. Temos que olhar para isso, a segurança que muitas vezes se tem numa cirurgia de cesariana. Isso ocorre. E, principalmente, revisar o que certamente está nessas normativas ministeriais que vêm no bojo disso, atrás disso. São normativas no intuito de, sem dúvida nenhuma, ser um instrumento dos grandes planos de saúde para criminalizar a ação do médico e, principalmente, do médico obstetra. Acho que o Deputado Jean Wyllys de Matos Santos tem que fazer uma profunda reflexão sobre isso, porque a sociedade está muito atenta a este tipo de coisa e não quer retrocesso na sua assistência ao parto. Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PR nº 035/14.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu não poderia deixar de fazer um registro, aqui, na linha da minha companheira Sofia Cavedon. Acho que o que o Professor Garcia coloca não contribui para a democratização do papel da política e dos políticos. Por que digo isso? Porque seguidamente isso que acabamos de ver, essa edição que vimos nesta entrevista, tirando os momentos que interessam ao editor, se vê, de forma geral, na política. Então, há várias estratégias. Certamente, alguém já deve ter estudado essas estratégias. Cito um exemplo: na semana passada, uma notícia positiva sobre o índice baixíssimo de médicos que aderem ao Programa Mais Médicos e depois deixam o Programa – este é o fato positivo; no entanto,

se faz uma reportagem em que se fala disso, é verdade, mas, depois, dois terços ou mais da reportagem enfoca aquela meia dúzia de casos dos médicos que deixaram o programa porque foram viajar ou porque tiveram relacionamentos amorosos, e enfatiza este tema. Então, essa é uma forma de dizer que disse a verdade, mas no tempo colocado sobre o assunto consegue fazer de uma notícia superpositiva algo supernegativo, infelizmente. Estou trazendo aqui apenas um exemplo. Poderia trazer o exemplo patético do William Bonner, do Jornal Nacional, quando fala “mensalão do PT” repetidamente. No mínimo, deveria dizer “mensalão do PT, do PP, do PTB, do PMDB”, dos partidos que estão envolvidos. Agora, ficar batendo até aquilo incutir na cabeça do cidadão é uma sacanagem desonesta da imprensa.

Eu queria dizer aqui, com relação às pessoas que já foram homenageadas por comendas, títulos de cidadão emérito, de cidadão honorário, enfim, as inúmeras homenagens que esta Câmara já prestou, que há uma espécie de um acordo entre os Vereadores no sentido de não se discutir os nomes das pessoas indicadas. A não ser, como disse a Ver.^a Sofia, eu já votei contra uma indicação, se não me engano de autoria da Ver.^a Mônica Leal, para homenagear um sujeito que reconhecidamente teve atuação como protagonista durante a ditadura militar. Recusei-me a votar a favor dessa indicação, mas, no geral, há um consenso com relação às indicações, porque não há, aqui, como esmiuçar a vida de uma pessoa que está sendo indicada para uma homenagem a ponto de fazermos um balanço, porque nós não vamos discutir as posições dessas pessoas. Podemos até discordar de algumas posições dessa pessoa que está sendo homenageada, mas ela está sendo homenageada pelo que tem de bom, que é consensualmente bom. E aqui, no caso, o Deputado Jean Wyllys, com certeza, primeiro, porque foi eleito democraticamente – acho que isso já, por si só, traz um consenso; segundo, porque defende posições com as quais podemos concordar ou não. Eu concordo com quase a totalidade delas, não digo com todas porque não conheço todas as suas posições, mas diria que concordo com as que conheço pelo menos. Caso eu discorde de alguma posição do Deputado, isso não me faz votar contra; mas respeito quem vote contra.

Estou fazendo toda essa problematização para dizer que a Câmara tem esse procedimento. Não entendo por que trazer aqui um vídeo com uma edição que achincalha um Parlamentar. Não se deu o mesmo tempo. Vejam o quão cruel é a edição, pois não é

que se dão dois minutos para ele e dois minutos para o apresentador; cortam-se as vezes em que ele falou e volta para o apresentador, nos jogos de palavras e de imagens.

Então, tem razão a Deputada Manuela d'Ávila quando, em uma certa ocasião em que foram entrevistá-la, disse: “Não, só dou entrevista ao vivo, senão vocês me editam”. É por aí, diante da desonestidade que alguns jornalistas e apresentadores – enfim, de quem tem a palavra e a imagem à sua disposição – têm com os entrevistados: um jogo de edição, um jogo de palavras a seu favor e faltando com a verdade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o PR nº 035/14. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Conforme Requerimento de autoria do Ver. Nereu D'Avila, da inversão da ordem da priorização de votação, o próximo seria o PLL nº 392/13; por solicitação do Ver. Cláudio Janta, passaremos para o último da ordem, já que necessita de dois terços dos membros. Em discussão o PLL nº 282/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação na seguinte ordem: PLL nº 227/14, PLL nº 240/14, Indicação nº 004/15 e Requerimento nº 138/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Professor Garcia (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Professor Garcia. (Pausa.) (Após o

fechamento do painel eletrônico.) Quinze Vereadores presentes. Não há quórum. (18h12min) Está encerrada a Ordem do Dia.

O Sr. Delegado Cleiton: Sr. Presidente, eu me admiro, com tanta coisa a ser votada, que seja retirado o quórum por quem sobe à tribuna para pleitear aumento de salário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro, Ver. Delegado Cleiton. Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Nereu D'Ávila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Prof. Alex Fraga.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Prof. Alex, que me cedeu seu tempo; nós trocamos na semana passada. Queria, em primeiro lugar, Ver. Delegado Cleiton, me colocar a favor dessa moção. Nós estávamos discutindo a Moção de Solidariedade da convocação de todos os aprovados, se possível em turma única, para o Curso Superior da Polícia Militar, que dá acesso ao posto de Capitão. A moção, de autoria do Ver. Dr. Thiago, é para a convocação dos aprovados, porque assim tem sido até hoje a discussão dos cargos dentro da Brigada Militar e da Polícia Civil.

Nós temos muito orgulho da PEC que o Deputado Pedro Ruas apresentou na Assembleia, que coloca entrada única na Brigada Militar. Eu acho que é uma discussão muito importante para a Secretaria da Segurança Pública e para o futuro da segurança em todo o Brasil, no sentido de que quem um dia for ser general tem que ter a experiência do soldado. Tudo bem que tenha que ter graduação, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver.^a Sofia, que nos ouvem, e os outros requisitos que a Brigada tem para os postos avançados. Agora, não pode ter entradas separadas, não pode ter duas, três entradas, que é o que acontece hoje em todo o Brasil.

Então, queremos fazer uma discussão profunda sobre o sistema de segurança pública, que passa pela entrada única na Brigada. Mas não só por isso; passa pela construção de uma Polícia Civil com um círculo completo de segurança, nos moldes da PEC 51. Acho que a PEC 51 é muito feliz quando trata de uma polícia que seja uma Polícia Civil, portanto, desvinculada do Exército, mas ao mesmo tempo, com uma entrada única e com uma carreira única que permita que não assistamos ao que hoje acontece aqui no Rio Grande do Sul entre a Brigada Militar, que faz o flagrante, faz a ocorrência, e a Polícia Civil tem que fazer a investigação. As duas polícias não conversam, não existe um sistema integrado de segurança, e nós temos apenas 10% dos casos de crime contra a vida com uma solução. Faltam profissionais na segurança pública, faltam delegados, escrivãos, brigadianos, bombeiros. Nós queremos deixar aqui o nosso registro pelo apoio a todas as moções que tramitaram nesta Casa. E eu acho que aquelas, Ver. Delegado Cleiton, foram todas de sua autoria, de aprovação dos concursados, nós aprovamos todas e achamos que são muito importantes os pleitos, estão acampados, na frente do Palácio Piratini, esperando serem chamados no concurso público que prestaram. E por outro lado, também uma Moção de Apoio, do Ver. Dr. Thiago, em relação à convocação imediata de todos os aprovados, de preferência em turma única, porque não é possível que a pessoa faça um concurso e não seja chamada, e, por outro lado, a sociedade esteja vivendo a falta de policiais e de policiamento nas ruas. Agora, com esse contingenciamento, com o decreto do corte das horas extras e com o não chamamento de concursados pelo Governo Sartori, a situação se agravou mais ainda. A quantidade de faltas de policiais na nossa Cidade tem feito aumentar, por um lado, a sensação de insegurança e, ao mesmo tempo, a sobrecarga de trabalho.

Nós estivemos agora na Delegacia da Mulher, e, nesse local especializado, Ver. Cláudio Janta, que me ouve atentamente, a questão dos inquéritos, da investigação dos mandados de busca e apreensão, ou seja, de toda a tramitação de denúncias anônimas, de violência contra a mulher, são várias as funções. Imaginem, busca e apreensão, investigação, a busca por reconhecer o autor desconhecido de um crime de estupro ou de violência, há quatro trabalhadores para todas essas funções! É possível ter quatro pessoas para fazer tudo isso? E é por isso que nós não vemos um círculo completo de segurança que analise e leve até o final os inquéritos para buscar identificar e punir aqueles envolvidos em crimes bárbaros, que são os crimes contra a vida: estupro,

pág. 69

violência, assassinatos, latrocínio. Infelizmente, é o caos da segurança pública. E é por isso que iniciativas que buscam chamar os aprovados têm na nossa bancada um apoio profundo e, ao mesmo tempo, a discussão de um círculo completo de segurança se faz urgente no Brasil.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o PLE nº 007/15.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho à tribuna, Sr. Presidente, para um exercício de uma disposição que raramente me traz aqui, qual seja, a de fazer uma manifestação político-partidária, o que faço na condição de Líder dos Democratas desta Casa e Presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre.

Ocorre que estamos recebendo a visita do Senador Ronaldo Caiado Gomes em Porto Alegre, que é um dos integrantes do painel inicial do Fórum da Liberdade, que se realiza no dia de hoje. E esse fato, por si só, reacendeu uma discussão que tem ocorrido e tomado conta dos veículos de imprensa local e nacional acerca da propalada fusão do PTB com o Democratas ou do Democratas com o PTB. Acho que é oportuno que se fale nesse assunto no momento em que as démarches que haviam se aprofundado recuaram para a estaca zero, na medida em que ambos os partidos tinham proposições diferentes nos seus objetivos de construir um partido com a grande base parlamentar no Congresso Nacional. E entre essas diferenciações, Ver. Márcio Bins Ely, uma é fundamental. No nosso juízo, a maioria do Partido Trabalhista Brasileiro, especialmente da sua bancada com assento no Congresso Nacional, Senado e Câmara dos Deputados, se encontra absolutamente confortável em integrar a base do Governo Federal, do Governo da Presidente Dilma Rousseff, e nós, do Democratas, há 12 anos, nos opomos ao Governo, primeiramente do Lula e agora da Dilma, o nosso objetivo, então, fica extremamente comprometido; a fusão, lamentavelmente, pela estrutura política brasileira se dá a partir de uma orientação nacional e não da análise feita das bases. Eu acredito que, se as bases se fizessem ouvir, certamente ambos os partidos haveriam de dizer que não seria esse o novo partido que estariam imaginando: o PTB querendo continuar no Governo e nós querendo continuar na oposição de forma muito coerente. Afinal, os Senadores que

pág. 70

se elegeram pelo Democratas e os Deputados Federais, todos eles se elegeram com o discurso de oposição à Presidente Dilma; vir agora integrar um novo partido com o objetivo de apoiar o Governo Federal, o Governo da Presidente Dilma Rousseff é a incoerência das incoerências.

Então nós estamos fazendo questão de colocar essas posições nossas muito claramente, porque respeitamos muito o PTB, achamos que o PTB tem direito de ter as posições que seus integrantes julgam as mais convenientes. Respeitamos pessoalmente – eu quero fazer essa afirmação no meu caso concreto – muito mais o PTB que tem assento nesta Casa, o PTB de Porto Alegre, com quem, até bem pouco tempo, nós tínhamos uma divergência na medida em que ele apoiava o Governo Tarso Genro, ao qual nós éramos contrários, mas isso não comprometia a nossa unidade na política municipalista, e isso nos dava condição, inclusive, de discutir com ele possíveis composições que, no interesse de ambos os partidos e da comunidade porto-alegrense, poderiam ser celebradas.

Então, com todo o respeito, todo o carinho e apreço que tenho com o PTB, quero consolidar essa posição do Diretório Regional, de uma grande maioria dos nossos Parlamentares com assento no Senado Federal e com assento na Câmara dos Deputados, de contribuir, isso sim, para uma tentativa de fazer uma composição em que o partido viesse a se aliar conosco numa posição de oposição ao Governo Federal e nunca de solidariedade. Então, se isso não é possível, nós estamos aqui dizendo, em nome do partido, o que está sendo dito em todo o território brasileiro: nós, que queremos ser coerentes, não apoiamos uma fusão onde exista o risco de nos levar a uma postura de incoerência, Vereador, a quem tive o prazer de ter como aliado na última eleição federal, Líder do Partido da Solidariedade. Nós não podemos ir para a incoerência. Até ontem, estávamos nos opondo à Presidenta. Seria, além de ser incoerente, muita burrice nossa, logo agora que as nossas posições estão sendo reconhecidas, quando a grande maioria do povo brasileiro se manifesta contra a continuação do Governo da Presidente Dilma Rousseff, tomar uma posição diversa da que temos sustentado nos últimos 12 anos. Então, com todo o respeito ao PTB, nós não queremos essa composição por uma posição diversa àquela que nós vimos bravamente sustentando nesse período. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que solicita renovação de votação do Requerimento nº 012/15.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço ao Ver. Tarciso Flecha Negra a cedência de tempo. Eu quero entrar num tema que esta Casa vai discutir e que está em Pauta. Talvez a gente comece a discutir no dia de hoje dois projetos que eu acho que não deveriam tramitar nesta Casa. Acho que um povo tem que preservar a sua história, principalmente os erros da sua história, principalmente os fatos marcantes da sua história, para que não isto ocorra mais, para que isto não se repita mais, para que isto fique na lembrança das pessoas. Também, para que a juventude, para que os jovens que não presenciaram, que não viveram aquilo, quando passarem por uma rua, uma praça, um logradouro, seja por onde for, tenham curiosidade e questionem o porquê disto, o porquê desse nome ou o porquê não daquele nome.

Nós temos dois projetos nesta Casa: um da Ver.^a Mônica Leal, que proíbe, que tira qualquer nome do Comando de Libertação Nacional, da VPR, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, de todos os órgãos de esquerda. E eu fui membro da direção nacional do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, do qual me orgulho muito, aprendi muito. Acho que tivemos um grande líder que militou na VPR e depois veio para o MR8, que é o Capitão Carlos Lamarca. E as pessoas têm que saber quem foi o Carlos Lamarca e o que o levou a sair do Exército e ir para a luta armada; o que levou o Cabo Anselmo a ir para a luta armada e depois desistir da luta armada; o que levou a história brasileira a ter um período de 20 anos de chumbo; o que levou a história brasileira a ter um período onde as pessoas buscavam somente a liberdade. Falo da liberdade de estar nas tribunas concordando ou discordando, da liberdade de estar nas tribunas chamando de pelego, chamando de combativo; da liberdade de estar nas tribunas dizendo que o Governo está certo, que o Governo está errado; da liberdade de estar nas tribunas discutindo pontos de vista; da liberdade de estar nas tribunas fazendo papel de oposição ou de situação. Era isso que se discutia, era isso que se pedia.

E temos um outro projeto, que é o oposto, querendo tirar nomes. Eu já falei aqui desta tribuna: então temos que tirar nomes de maragatos e chimangos também, porque a

história do Rio Grande do Sul é uma história de guerra. Nós ficamos dez anos guerreando aqui neste Estado, entre maragatos e chimangos, entre republicanos e farroupilhas. Não é à toa que, no brasão da nossa Cidade, está escrito “Leal e Valerosa Cidade de Porto Alegre”, e nunca permitiu que os farroupilhas entrassem na Cidade, nem por isso nós deixamos de ter a Av. Bento Gonçalves ou a Rua General Neto.

São projetos que trazem para esta Casa uma discussão completamente desnecessária. Esses projetos tinham que estar nos bancos escolares, levando para as crianças a história do nosso País, levando para as crianças o que era a VPR, o que era o Comando de Libertação Nacional, o que era o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o que era a Libelu, o que era a Força de Libertação Nacional; quais eram as forças que combatiam e o que era a ditadura militar.

Eu queria lhe agradecer, Ver. Tarciso, este tempo de Comunicações, e dizer que muitos debates nós faremos nesta Casa, como se fez ainda há pouco de um título ao Deputado Federal Jean Wyllys, e muito se criticam os políticos, mas não se criticam aqui os artistas que tinham milhões lá fora no HSBC. Gostam de criticar os políticos, mas a maioria trabalha porque quer se dedicar à população, porque acredita que pode fazer mudanças e transformações na nossa Cidade, no nosso Estado e no nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente. Com força, fé e solidariedade, nós vamos mudar a política brasileira.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Só para não perder a classificação de “vice-presidente dos amigos da pauta”! Há dois projetos de lei de minha autoria que começam a tramitar hoje. Peço desculpa às taquígrafas, que devem estar cansadas, mas o projeto é exatamente em relação às mulheres. Eu estou propondo criar nesta Casa o que tem no Congresso Nacional, o que já tem em muitas câmaras municipais, que é a Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal de Porto Alegre. É uma função, que será ocupada por uma Vereadora

eleita todo ano, e terá a responsabilidade de coordenar a fiscalização de temas relativos ao cumprimento da legislação relativa à mulher, temáticas de gênero que a Prefeitura não receba, ou tenha limites, que chegue da sociedade. É o Parlamento dedicando-se à temática da mulher.

O outro projeto que está em Pauta determina que a Prefeitura de Porto Alegre – é uma emenda à Lei Orgânica –, anualmente, preste contas das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, de garantia de direitos das mulheres. Nós estamos muito longe de ter direitos iguais na sociedade no sentido da proteção, dos salários e, principalmente, da integridade física e da liberdade das mulheres.

Achamos que com esses dois projetos, diferente da rotação que houve hoje quando esta Casa não aprovou a Moção de Apoio à participação proporcional das mulheres nos espaços de liderança dos Parlamentos, diferente disso, espero que este Parlamento aprove a Procuradoria da Mulher e a prestação de contas anual da Prefeitura de Porto Alegre. Ela tem muitos programas na saúde, na assistência, previstos em lei e que precisam ter uma execução séria, continuada. E nós gostaríamos, enquanto papel do Parlamento, poder fiscalizar recebendo a prestação de contas do que é feito nesta Cidade. Muito obrigada pela atenção, obrigada aos funcionários pela paciência até aqui; obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; logo depois que a Casa entendeu, por maioria, de decidir pela alteração do nome da Av. Castelo Branco para Av. da Legalidade, algumas pessoas me procuraram me propondo que, com base no raciocínio que havido sido exposto nos meios de comunicação, nós promovêssemos uma proposta, um projeto de lei para retirar o nome do ex-Presidente Getúlio Vargas de uma rua de Porto Alegre sob o argumento de que, por muito mais tempo do que o Castelo Branco, o Presidente Getulio Vargas havia sido Presidente da República sem o voto popular e que, durante o seu período, os 15 anos, especialmente no Estado Novo, várias atrocidades ocorreram, Filinto Müller era o grande coordenador;

até agora ele poderia ser, historicamente, responsabilizado. Obviamente nós rejeitamos essa proposta, porque entendemos que temos que ter uma linha de posição. Hoje, eu me sinto confortado, porque, na Pauta, há dois projetos absolutamente antagônicos, e eu discordo dos dois. Discordo dos dois e acho que ficar remexendo no MR-8, no Fleury, enfim, em ambos os lados da Guerra Fria, que se estabeleceu aqui neste País durante algum tempo, é um retrocesso lamentável. Acredito que alguns possam até utilizar o prolongamento dessa discussão como uma forma de faturar prestígio, de manter eleitorado, de tensionar uma discussão política e dela tirar partido. Posso até entender que as pessoas possam ter os seus objetivos, e eu respeito esses objetivos. Mas quero honestamente dizer – e acho que, nessa linha, estou acompanhando o Ver. Janta – que nós não daremos nenhuma contribuição positiva para o processo democrático especialmente desenvolvido aqui na Cidade.

Então, eu não saio da Pauta, falo sobre esses dois assuntos e fico triste, porque eu teria outros assuntos muito melhores aqui na Pauta para falar que não esses, assuntos nos quais eu sou acostumado a falar na Casa. Ironicamente, diz-se que eu, a Ver.^a Sofia, o Ver. Janta, o Ver. Cleiton e o Ver. Márcio Bins Ely somos filhos da Pauta, porque sistematicamente estamos aqui falando nisso. Hoje falo nisso, no tom em que estou falando, em relação a esses dois projetos, com uma certa mágoa, e até sob um certo desencanto. Essa discussão não leva à coisa alguma, não melhora o custo de vida, não legitima a atual Presidente da República, não desfaz os problemas que o País está vivenciando no dia de hoje, não termina com a crise da Petrobras, do Lava Jato, de coisíssima nenhuma. Essa discussão não leva a lugar algum e, por não levar a lugar algum, é uma discussão absolutamente inconsequente, sem a menor consistência, sobretudo, sem a menor razão de ser. Porto Alegre não merece que a tribuna, que o povo de Porto Alegre conferiu a 36 legítimos e legítimas representantes, seja utilizada numa discussão tão inconsequente, tão infundada e tão sem propósito como esta. Chega de radicalismo! Sou contra essas duas propostas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, senhoras e senhores. Venho a esta tribuna – Ver. João Bosco Vaz, Ver. Cláudio Janta, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Reginaldo Pujol – para falar um pouco a respeito de um projeto de lei de minha autoria que tramita em 1ª Sessão de Pauta, o PLL nº 035/15, que obriga os estabelecimentos que comercializam bens e os estabelecimentos que prestam serviços a manter exposto exemplar do Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC – e estabelece sanções para a não observância dessa obrigação.

Hoje o nosso comércio já é obrigado, por lei federal, a disponibilizar o Código de Defesa do Consumidor, só que nós não temos nenhuma sanção para casos de omissão nesse sentido. Então, o Código de Defesa do Consumidor deveria estar ali, em cima da prateleira, no caixa, em algum lugar visível para que os consumidores, então, em alguma dúvida eventual, pudessem ali se socorrer da legislação. Fato esse que não ocorre. Então para reforçarmos e reiterarmos a legislação federal, estamos fazendo, em nível municipal, essa mesma exigência e, aí sim, aplicando uma sanção e uma multa para o caso do descumprimento.

Então, nesse sentido, eu quero dizer que também, nesse ano de 2015, Ver. Mauro Pinheiro, nós focamos o nosso mandato em ações que pudessem resguardar o direito dos consumidores em Porto Alegre. Esse é um projeto que faz parte da iniciativa de três outros projetos na área de defesa do consumidor, quais sejam: os que tornam obrigatória a postagem dos boletos de cobrança até cinco dias antes do vencimento, ou seja, se o boleto vence dia 5, até o dia 1º ele tem que ser postado, isso se não houver feriados e finais de semana, senão até antes, sob pena de não incidir sobre aquele boleto multa e juros. Então, se a pessoa recebe um boleto para pagamento de cobrança depois que já venceu a data, não pode dela ser exigido que pague juros, multa ou mora por carência, por ter atrasado ou ter passado a data do vencimento.

O outro projeto de lei, que é mais ou menos nessa mesma linha, diz respeito às cobranças bancárias. E nós até tivemos um debate no sindicato com relação à questão que envolvia as imobiliárias, e elas até já conseguiram sanar esse problema, porque hoje, se o inquilino quiser pagar o aluguel sem pagar aquela taxinha de R\$ 5,80 para o banco, referente à emissão do boleto bancário, ele pode ir lá na imobiliária, que receberá e não cobrará aquele valor. Então, nesse sentido, percebemos que evoluiu a legislação e a

compreensão relativa a esse trabalho que inclusive envolveu o Ministério Público, todos os representantes do segmento imobiliário. E acho que ali nós já tivemos uma evolução significativa.

Quero aproveitar que ainda tenho um minuto e fazer referência ao projeto do Executivo que tramita em 2ª Sessão de Pauta, o PLCE nº 006/15, que institui a Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro e dá outras providências dispondo sobre o conceito e o agrupamento da atividade da Zona de Uso Residencial 1. Eu quero dizer que realmente, quando eu fui Secretário do Planejamento, nós nos debruçamos sobre toda aquela área da região leste da Cidade, toda aquela área que compreende a extensão da Lomba do Pinheiro. Nós sabemos que é uma área da Cidade, hoje, que tem várias ocupações irregulares e clandestinas, pouquíssimos equipamentos públicos, quase não há praças, temos um número muito reduzido de creches, escolas, poucos ambientes coletivos. Então, a Operação Urbana Consorciada, que era intitulada Lomba do Futuro, realmente vem para esta Casa e terá o nosso apoio, porque nós precisamos valorizar aquela região, que, inclusive é uma das regiões que tem o menor valor agregado em imóveis. Nesse sentido, quero dizer que vamos nos aprofundar agora aqui, o Ver. Cassio Trogildo protocolou um processo requerendo a instalação de uma Comissão para tratar da questão do Cinturão Verde da Cidade, do restabelecimento da Área Rural ou não em Porto Alegre. E uma parte importante, ela pega, ela avança também na área da Lomba do Pinheiro. Então é oportuno que esta legislação sobre a Lomba do Futuro ou a Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro possa estar aqui na Casa.

E eu quero só para elucidar, concluindo, companheiro Delegado Cleiton, fazer uma evolução para que as pessoas entendam como é que funciona e qual a dimensão de abrangência da Operação Urbana Consorciada. O que acontece numa Operação Urbana Consorciada? O Plano Diretor divide os projetos especiais pelo impacto, pela grandeza, pelo envolvimento territorial, mas também de execução dos empreendimentos na Cidade. Então, por exemplo, se nós temos uma pequena intervenção, a instalação de uma escola pública, essa escola, em que vão ali em torno de 600 alunos, tem um determinado impacto no seu raio de abrangência. Ela vai ter que ter a previsão de uma faixa de segurança para as crianças atravessarem a rua, vai ter que ter a previsão para o transporte escolar estacionar, talvez tenha que ter uma sinaleira para as crianças atravessarem a rua. Essa é uma operação que se chama de primeiro grau.

Já o segundo grau é um empreendimento de maior impacto, por exemplo, um *shopping center*, o BarraShoppingSul. Vejamos ali todas as ações mitigatórias e compensatórias do seu entorno – a ciclovia, as paradas de ônibus –, para atenderem a cinco, dez mil pessoas num *shopping center*, ele imanta! Então, é feito um outro cálculo de ações compensatórias e mitigatórias. E a operação urbana consorciada seria, aqui nessa comparação, o terceiro grau. São grandes áreas territoriais da Cidade em que o Planejamento reúne numa mesa a EPTC, o DMAE, a SMED, a Secretaria da Saúde, da Cultura, da Juventude, envolvendo todos os órgãos da Administração Pública Municipal, para fazer uma grande intervenção na Cidade. Está aqui tramitando e nós vamos tratar com muito carinho essa região tão querida por todos nós, que é a Lomba do Pinheiro e tem um número expressivo de moradores. Tenho certeza de que esse projeto vai colaborar para implementação e qualificação dos espaços urbanos em toda aquela extensão da zona leste de Porto Alegre.

Muito obrigado, peço escusas por ter me estendido, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está encerrada a presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h49min.)